LEGALIDADE

NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA
(agosto de 1961)

A LEGALIDADE COMO HERANÇA

Por ocasião do cinquentenário da Legalidade - movimento que o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, liderou no final de agosto de 1961, com expressivo e inquestionável apoio popular, contrariando a intenção de setores conservadores e militares golpistas, que, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, pretendiam impedir a posse legítima do vice-presidente, João Goulart – a direção regional do PDT, através desta publicação, busca resgatar esta página da história, sepultada pela ditadura militar e tornada matéria do esquecimento, como pretendem os atuais gestores das sombras geradas pelos 21 anos de autoritarismo em nosso país. Diferentemente de outros países, onde os abusos dos militares foram para os bancos dos réus, aqui cultuamos a farsa do esquecimento, como se perseguições, invasões, banimento e mortes em nome do Estado não fossem matéria de interesse jurídico. Tanto quanto os parentes de vítimas da ditadura ainda anseiam por uma resposta aos abusos praticados, também reivindicamos que episódios como a Legalidade ganhem o reconhecimento legítimo como ato de bravura e respeito constitucional. Pelo menos para o saber dos alunos nas aulas de História.

Além dos limites de nosso Estado, que reconhece e comemora com emoção os feitos do seu povo, poucos sabem e a maioria ignora o significa de um movimento que unificou as diferenças políticas, partidárias, religiosas, étnicas e sociais, numa única ação cívica para preservar e fazer respeitar a Constituição. Ao amargar o mais longo período de exílio de um brasileiro, Leonel Brizola foi castigado porque demonstrou no comando da Legalidade que sua capacidade política superava os limites para desafiar os donos do poder. Da mesma forma, João Goulart foi condenado à morte no exílio porque acertava em conduzir nossa pátria ao encontro de sua identidade e autonomia.

A Legalidade, no nosso entendimento, não foi um movimento regional, típico dos feitos gaúchos. A Legalidade foi o despertar do povo numa hora decisiva e que contou, naquele momento, com o incontestável reconhecimento da liderança de um governante. Desconhecemos outro episódio nacional que tenha mobilizado o povo em tão pouco espaço de tempo – poucas horas depois de anunciada a renúncia de Jânio, Brizola percebeu o golpe e, antes do anoitecer daquela sexta-feira, anunciava a resistência, ganhando o apoio unânime não só na Capital, mas no interior e também em diversos outros pontos do Brasil.

Além da autêntica mobilização popular, a Legalidade se consolidou como o sentimento pátrio de respeito à lei constituída, exibindo não só o vigor cívico do povo, mas a disposição de luta até a morte para defendê-lo. Aquela aula de cidadania nos 13 dias que mobilizaram o Rio Grande do Sul pela posse de João Goulart ecoa ainda hoje nos preceitos básicos do nosso partido. Impedido de retomar a sigla do velho PTB, depois de retornar do exílio, Brizola estruturou o PDT a imagem e semelhança do partido criado em 1945 por Vargas. Estava disposto a retomar o fio da história para aprofundar as mudanças preconizadas pelo trabalhismo, seguindo fielmente a inspiração cívica que o fez líder da Legalidade.

Passados 50 anos daqueles dias épicos, enaltecemos com orgulho a Legalidade como um valor político que herdamos e que, com lealdade, moralidade, ética e independência, serve de inspiração para que atuemos na política como meio de transformação da realidade e espaço de expressão da cidadania.

Romildo Bolzan Júnior
Presidente Estadual do PDT

PDT Diretório Estadual do RS

Executiva Estadual
Presidente: **Romildo Bolzan Jr**
1º Vice-Presidente: **Adroaldo Mousquer Loureiro**
2o. Vice-Presidente: **Flavio Luiz Lammel**
Secretário-Geral: **Darci Pompeo de Mattos**
Secretária Adjunta: **Miguelina Paiva Vecchio**
Tesoureiro: **Nereu D'Ávila**
Tesoureiro Adjunto: **Antônio Gilson de Brum**
Consultor Jurídico: **João Affonso da Camara Canto**

Vogais:
Enio Bacci
Juliana Brizola
Líder da Bancada: **Gerson Burmann**
Líder Partidário: **Adroaldo Loureiro**

Partido Democrático Trabalhista
Diretório Estadual - Rio Grande do Sul

Rua Félix da Cunha, 311
Porto Alegre – RS CEP 90570-001
Fone: (51) 3222-4575 / Fax: (51) 3222-4226
E-mail: pdtrs@pdtrs.com.br
Site: www.pdtrs.com.br
Site nacional: www.pdt.org.br

Revista Legalidade 50 Anos
Agosto de 2011

Planejamento, pesquisa e edição: **Francis Maia**
Textos e pesquisa: **Carlos Alberto Kolecza**, **João Silvestre** e **Francis Maia**
Estagiária: **Renata de Mattos**
Revisão: **Letícia Presotto**
Colaboração: **Carlos Bastos**, **Fabiana Kloeckner**, **FC Leite Filho** e **João Antônio Motta**
Fotos e reproduções: **Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul** e **acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa**
Design Gráfico e capa: **Auracebio Pereira**
Produção gráfica: **PrintMaker**
Impressão: **Gráfica Portão**

VOCÊ SABIA?

1. Quem era o prefeito de Porto Alegre em 1961:
A) Tristão Sucupira Viana
B) Manoel Braga Gastal
C) José Loureiro da Silva

2. Na primeira quinzena de agosto, o então ministro das Finanças de Cuba, Che Guevara, esteve numa famosa praia, em reunião Interamericana:
A) Miami Beach
B) Punta del Este
C) Mar del Plata

3. No governo Leonel Brizola (1959\1963), a bancada do PTB elegeu 24 deputados. Qual deles era destacado líder sindicalista:
A) Ney Ortiz Borges
B) José Vecchio
C) Suely de Oliveira

4. O nome do arcebispo de Porto Alegre que durante a ameaça de bombardeio esteve na sede do governo para tranquilizar a esposa do então governador, d. Neusa Goulart Brizola, é :
A) Dom Helder Câmara
B) Dom Vicente Scherer
C) Dom Ivo Lorscheiter

GOLPE CONTRA JANGO!
Ultima Hora
EXTRA
CONSTITUIÇÃO DE GUERRA CIVIL
OPINIÃO de 4

LEGALIDADE FÊZ O POVO VIBRAR NAS RUAS!
Ultima Hora

5. O deputado Tancredo Neves, que foi até Montevidéu conversar com Jango sobre o parlamentarismo, ocupou qual ministério no segundo governo Getúlio Vargas (1951\1954):
A) Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
B) Ministério da Justiça e Negócios Interiores
C) Ministério da Educação e Saúde

6. O nome do militar que permaneceu escondido no Palácio Piratini, chamado por Brizola para comandar a Legalidade, em caso de recusa do general Machado Lopes:
A) General Amaury Kruel
B) Marechal Odílio Denys
C) Marechal Teixeira Lott

7. Qual o escritor que foi até o Rio de Janeiro, a pedido de Brizola, para instalar clandestinamente uma rádio da Legalidade:
A) Erico Verissimo
B) Samuel Ortiz
C) Josué Guimarães

8. Jango chegou dia 1º de setembro em Porto Alegre e:

A) Fez um discurso emocionado da sacada do Piratini para as 100 mil pessoas que o aguardavam

B) Defendeu o sistema presidencialista

C) No final da noite, em entrevista coletiva, reconheceu a soberania do Congresso e aceitou o parlamentarismo

9. O aviso da presença de fuzileiros navais em Santa Catarina determinou o envio de dois batalhões militares: da 6ª. Divisão de Infantaria do III Exército e o Batalhão de Operações da Brigada Militar com 612 militares e 19 civis, que no dia 2 de setembro se deslocaram para o litoral, pernoitando em Osório. Os nomes dos dois comandantes da operação eram:

A) General Sylvio Américo Santa Rosa e major Heraclides Tarragô

B) General de divisão Oromar Osório e general de divisão Peri Bevilaqua

C) Capitão Sumerval Silveira e capitão Odilon Alves Chaves

TERCEIRO EXÉRCITO ADERIU A BRIZOLA!

Ultima Hora

JANGO: VOU VOLTAR PARA ASSUMIR OU MORRER

Ultima Hora

EXTRA

BRIGADA: BALUARTE NA DEFESA DA ORDEM E DA LEI!

"IMPEACHMENT" DE JANGO CAIU: 300 VOTOS CONTRA 12!

Ultima Hora

SARGENTOS DA FAB IMPEDIRAM ONTEM O BOMBARDEIO DO PALÁCIO PIRATINI

LEGALIDADE: SINDICATOS GAÚCHOS NA VANGUARDA DA BATALHA

10. O que seria a "lenda do Mar Grosso", surgida durante a operação no litoral:

A) Confronto entre as forças legalistas e os militares do II Exército, sujeitos às ordens dos ministros militares

B) Ataque surpresa do Núcleo de Paraquedistas da Divisão Aero-Terrestre, unidade de elite do Exército brasileiro

C) O fato de que o mar estava "grosso" de fuzileiros navais, fortemente armados, que foram impedidos de desembarcar pela fúria do oceano

11. O episódio da Legalidade é retratado em qual livro ficcional:

A) Arquipélago, de Erico Verissimo

B) Mês de cães danados, de Moacyr Scliar

C) A Ferro e Fogo, de Josué Guimarães

12. Depois da posse de Jango, em 7 de setembro de 1961, sob o parlamentarismo, Leonel Brizola:

A) Renunciou ao mandato de governador do Rio Grande do Sul

B) Disputou mandato como deputado federal pelo Rio de Janeiro, elegendo-se com a maior votação da história do parlamento brasileiro naquele período

C) Manteve o ideal da Legalidade e propôs uma assembleia nacional constituinte

Respostas: 1) C; 2) B; 3) B; 4) B; 5) B; 6) A; 7) C; 8) C; 9) A; 10) C; 11) B; 12) B

APRESENTAÇÃO

SUMÁRIO

A Legalidade como herança 3

Você sabia? 4

Apresentação 6

Cronologia 8

Antecedentes 10

A Legalidade de Brizola e do povo 14

A renúncia de Jânio Quadros 18

Brizola lidera a resistência 20

Cinco testemunhos históricos 22

Agenda dos legalistas 28

O primeiro aviso indignado 35

Microfone e metralhadora 36

João Goulart, presidente sempre 42

Reencantamento 46

Publicações comemorativas do PDT 50

Referências bibliográficas 52

Cruzada histórica 54

No decorrer de meio século, as piruetas desconcertantes da História fragilizaram impérios, regimes, credos políticos, teorias econômicas e biografias cultuadas. A coreografia imprevisível não poupou ideologias opressivas e figuras ocas. Em contrapartida, ideais sufocados e vultos proscritos reapoderam-se da estatura que lhes foi arrebatada à força. É o que acontece em relação à Legalidade, o impetuoso movimento cívico que garantiu a posse de João Goulart na presidência da República em 1961, a despeito do veto militar. O calendário da democracia festeja o cinquentenário da Legalidade como uma vitória inigualável da consciência de cidadania sobre o pensamento autoritário do conservadorismo retrógrado.

Um feito sem precedentes, que se imortaliza a cada ano, de impressões digitais ainda frescas, de vozes e hinos que ainda ecoam, de gestos destemidos, um fenômeno de memória coletiva. É o reconhecimento das gerações que vieram depois de uma façanha épica, algum tempo perigoso de se lembrar, distorcida e agora definitivamente evocada como um gesto altivo de patriotismo. O cinquentenário da Legalidade é festa da democracia que dispensa convite ou feriado.

O significado da epopeia de resistência liderada por Leonel Brizola aprofunda-se entre os pesquisadores da historiografia e os pensadores dos movimentos sociais, a julgar pelos seminários em realização na esfera acadêmica e títulos editoriais e jornalísticos recentes. O caudal da bibliografia da Legalidade vem de longe e retrata o fascínio duradouro da saga heroica que sensibilizou o Brasil.

Quanto mais prospectada, maior a amplitude da Legalidade como exemplo de engajamento da sociedade na defesa dos preceitos democráticos. As torpezas que se seguiram na reação insana de obscurantismo, a mesma da ordem de bombardeio do Palácio Piratini, ainda traumatizam as instituições e corroem o tecido social. O vandalismo causou o efeito inverso de converter ambientes rústicos em santuários da civilidade. Os anos tormentosos não ofuscaram a causa da fidelidade à vontade do povo, tampouco a restauração da democracia desbotou a luminosa mensagem de dignidade. Pelo contrário.

A Legalidade perenizou-se por quebrar o paradigma vexatório de resignação ante a truculência e por ter magnetizado as energias sociais a partir da entusiástica participação das ruas em que cada um escolhia o seu papel e assumia seu posto. Foi demais para a compulsão de brutalidade das castas dirigentes.

Há um tesouro despercebido na lembrança revisitada dos episódios dramáticos, a origem espontânea da solidariedade massiva, invencível. João Goulart e Leonel Brizola personificavam os anseios de justiça social e soberania nacional, o legado indelével de Getúlio Vargas aos brasileiros. Fiéis depositários do patrimônio ideológico do trabalhismo, então crescentemente legitimado nas urnas, ambos expressavam a esperança de que o diálogo social fosse adiante.

Assim como os contornos míticos da Legalidade continuam a assombrar, o trabalhismo preserva, intacto, o ideário de igualdade dos brasileiros, que nunca faltou em horas difíceis.

No relicário de brasilidade de São Borja, Getúlio Vargas testemunha a celebração de João Goulart como estadista e a sagração de Leonel Brizola como herói da nacionalidade. E, mais importante, o povo não esquece o poder dos seus direitos.

O POVO NÃO ESQUECE O PODER DOS SEUS DIREITOS.

"Temos muitos exemplos no nosso passado de figuras destemidas que fizeram história com suas convicções, seu voluntarismo e sua liderança. Não há por que duvidar desses heróis épicos, mas o passado, como se sabe, é um lugar brumoso, onde muitas vezes a legenda se confunde com a verdade. O único exemplo que a nossa geração teve de bravura assim - presenciada, confirmada, inquestionável - foi o do Brizola em 1961. No caso, a legenda é verdade."

Luis Fernando Verissimo

CRONOLOGIA 1961

AGOSTO

Dia 25, sexta-feira. Renúncia do presidente Jânio Quadros. Vice-presidente, João Goulart, está em visita à China Popular. Ministros militares vetam a posse de Jango. Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume a presidência. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, inicia a resistência. População se desloca para a Praça da Matriz. Em Santiago (RS), general Oromar Osório assume posição legalista. Assembleia Legislativa faz vigília.

Dia 26, sábado. Brizola intensifica contatos, ministros militares fecham o cerco para o golpe, Jango começa retorno para o Brasil. Tumultos são registrados em diversas capitais do país. Brizola passa a madrugada em contatos telefônicos com militares e governadores. Jango corre risco de prisão se retornar ao país. A Câmara Federal faz sessão extraordinária. O deputado Rui Ramos confirma intenção golpista dos militares. O Comandante do III Exército, general Machado Lopes, diz para Brizola que, naquele momento, estava ao lado do Exército. O interior do Estado prepara a resistência. A Brigada Militar disponibiliza carga de fuzis e metralhadoras para proteger o palácio. Armas são posicionadas nas torres da Catedral Metropolitana e homens fortemente armados vigiam o Theatro São Pedro e o Tribunal de Justiça. À noite, marechal Teixeira Lott divulga manifesto pela legalidade constitucional.

Dia 27, domingo. A tensão aumenta. Às 3h da madrugada Brizola diz pelo rádio que resistirá; jornalista Hamilton Chaves divulga nota do governador e de marechal Lott; e as rádios são silenciadas pelo Ministério da Guerra. Brizola requisita a Rádio Guaíba e às 14h23min é instalada a Rede da Legalidade. Populares, estudantes, trabalhadores e sindicalistas marcham para a Praça da Matriz; Gre-Nal é cancelado; tanques se deslocam do bairro Serraria em direção ao centro; ministros militares golpistas ameaçam bombardear Porto Alegre, revela o telegrafista João Carlos Guaragna; 300 brigadianos do Regimento Bento Gonçalves e policiais rodoviários reforçam a segurança do palácio; na praça, populares derrubam bancos e posicionam-se na frente do Piratini.

Dia 28, segunda-feira. Na madrugada, general Machado Lopes suspende ação militar na Ilha da Pintada, fortemente guarnecida por homens da Brigada Militar que protegiam a torre de transmissão da Guaíba; às 6h da manhã, na base Aérea, uma rebelião de sargentos e suboficiais impede o voo das aeronaves para bombardear o palácio; ministros militares mandam eliminar Brizola; cerco militar também pelo mar, através de Rio Grande; Congresso é comunicado da decisão dos ministros militares de não dar posse a Jango; Machado Lopes pede audiência, e Brizola, um pouco antes das 11h, em histórico discurso, conclama todos à resistência. Perto do meio-dia, general Machado Lopes anuncia a Brizola a adesão ao movimento legalista. Em Goiás, o governador Mauro Borges organiza resistência. Repressão e censura à imprensa no Rio de Janeiro, São Paulo e diversas capitais. A Rede da Legalidade não se cala e faz transmissões em português, espanhol, inglês, francês, alemão, russo e até em árabe.

O BRASIL TODO OUVIU A PALAVRA DE BRIZZOLA

"ÊSTE GOLPE OS SENHORES NÃO VÃO DAR PELO TELEFONE"

BRASILEIROS

Dia 29, terça-feira. As aulas são suspensas, os bancos são fechados, voluntários se alistam para a resistência, trabalhadores reforçam os batalhões voluntários; ameaça de racionamento de combustível; os sindicatos aderem em massa ao movimento; patrões e empregados se unem contra o golpe; a população faz fila para o alistamento. O Hino da Legalidade ganha a preferência do povo.

Dia 30, quarta-feira. Machado Lopes traça a estratégia de defesa: o porto de Rio Grande é bloqueado; a 1a. Divisão de Cavalaria, com general Oromar Osório à frente, chega em Ponta Grossa, no Paraná, em direção a Ourinhos, em São Paulo; governo emite moeda, as "brizoletas"; controle na venda de gasolina; médicos e enfermeiros montam o Serviço Médico da Legalidade; nas fábricas, além dos alistamentos, operários fazem estoques de alimentos; comando da UNE se transfere do Rio de Janeiro para Porto Alegre; batalhões de operários marcham pela cidade; no Mata-Borrão, mais de 40 mil alistamentos. Machado Lopes é destituído do comando do III Exército, mas resiste no posto e ameaça prender seu substituto, que não desembarca em solo gaúcho. Ministros militares golpistas reiteram contrariedade com posse de Jango. No microfone da Rede da Legalidade, revezamento entre os locutores Lauro Hagemann e Marino Cunha, porém apenas Brizola proferia os discursos; 104 emissoras retransmitem a Rede da Legalidade nos 13 dias de conflito.

Dia 31, quinta-feira. Generais legalistas, liderados por Amaury Kruel, fazem apelo aos ministros militares golpistas para que aceitem a decisão do Congresso. Jango chega a Montevidéu. Brizola organiza grupo de jornalistas que em voo da Varig se desloca para a capital uruguaia para trazer Jango: medida visa a bloquear a Operação Mosquito, montada pelos oficiais da Aeronáutica para eliminar o futuro presidente; na Embaixada do Brasil, Jango é informado por Ajadil de Lemos sobre a resistência e começa as tratativas com Tancredo Neves e Hugo de Farias, da alternativa parlamentarista. Brizola, por telefone, pede a Jango que não aceite a proposta.

SETEMBRO

Dia 1, sexta-feira. O futuro presidente deixou a capital uruguaia no início da noite, em voo com as luzes apagadas, e chegou na capital gaúcha às 20h35min. Brizola organizou vários itinerários para proteger Jango de eventual ataque inimigo: a Rede da Legalidade anunciava um trajeto por terra. Brizola recepcionou Jango no aeroporto e soube do acerto parlamentarista. Mais de 100 mil pessoas querem ouvir Jango na Praça da Matriz, mas o futuro presidente não fala e gera protestos.

Dia 2, sábado. Na madrugada, a Câmara Federal aprova a emenda parlamentarista; Brizola tenta convencer Jango a rejeitar a limitação dos poderes presidenciais, mas é vencido; soldados do Exército e Brigada Militar são deslocados para Torres e divisa com Santa Catarina; no início da noite, o Senado aprova a emenda; na praça, o povo aguarda uma palavra de Jango; no final da noite, Jango diz que aceita o parlamentarismo para evitar conflitos. Começam os preparativos para a posse de Jango, prevista para o dia 4.

Dia 3, domingo. Jango é informado da intenção dos oficias da Aeronáutica de pôr em prática a Operação Mosquito, para derrubar o avião presidencial; a posse é adiada para o dia 7.

Dia 5, terça-feira. Às 17h30min, João Goulart decolou para Brasília; no voo, general Amaury Kruel é convidado para a Chefia da Casa Militar; Jango chega na capital federal às 20h20min; deputados e senadores recepcionam o futuro presidente sob forte esquema de segurança.

Dia 7, quinta-feira. Às 15h30min, João Goulart é empossado presidente do Brasil em sessão conjunta da Câmara Federal e do Senado. Brizola não estava presente. A Rede da Legalidade silenciou-se à meia-noite.

ANTECEDENTES

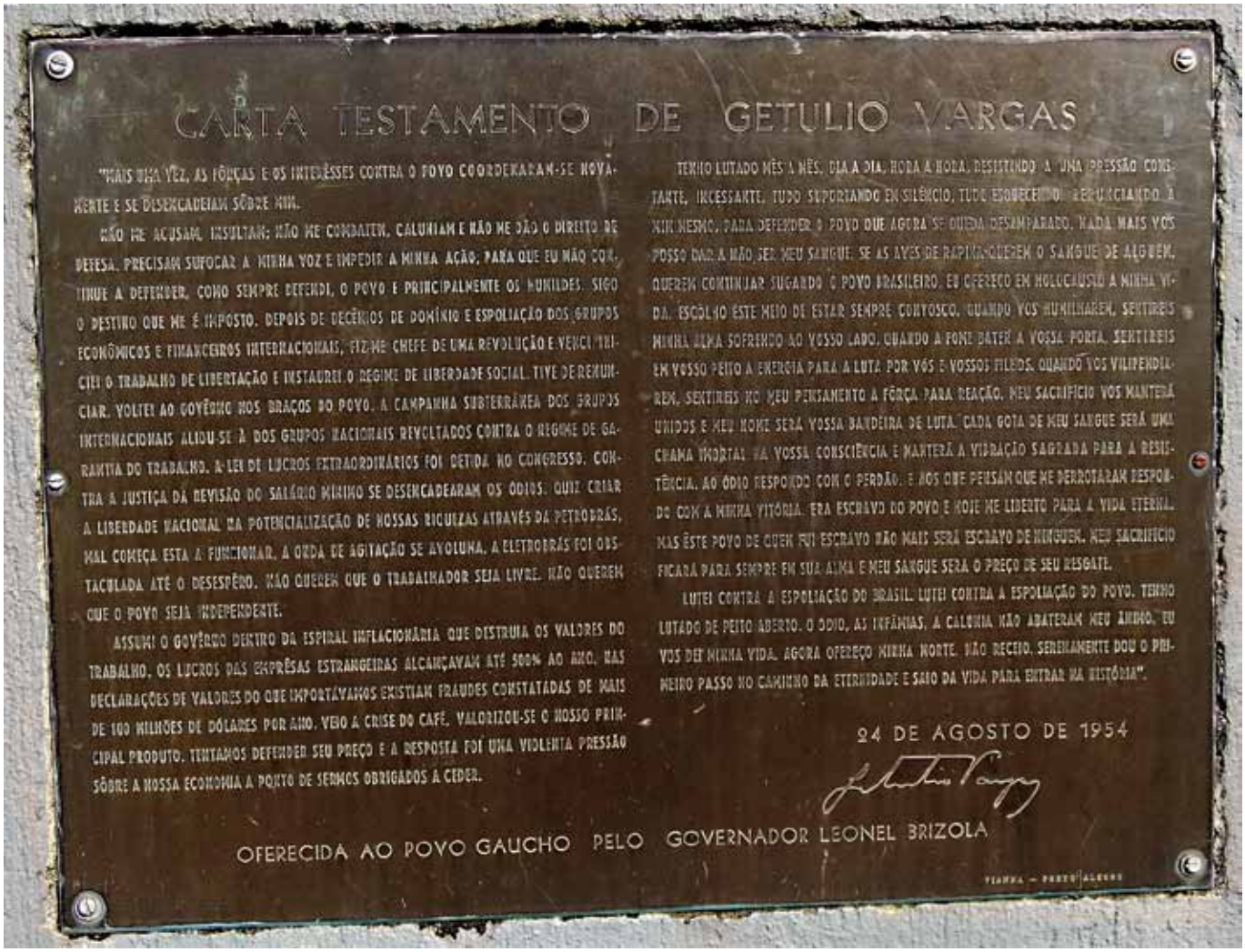
Carlos Alberto Kolecza | *Jornalista*

A volta de Getúlio Vargas à presidência da República em 1951 reacendeu a luta política em torno da fatia reservada aos trabalhadores no bolo de riqueza nacional e da posição em relação aos Estados Unidos, aqui e mundo afora. Líder da Revolução de 30, que desencadeou o processo de industrialização, reaparelhou a administração pública e reconheceu os direitos sociais até então negados à maioria dos brasileiros, Getúlio retornou com uma ideia que eletrizou as ruas e enfureceu os salões: a Petrobras. Ainda viveu para lambuzar as mãos no óleo do Recôncavo Baiano, mas sabia que a conta do desafio aos donos do melhor negócio do mundo um dia bateria à sua porta. Viria junto com o fecho que faltava na sombria ameaça de Carlos Lacerda, o porta-voz da direita extremada, de antes da eleição: "Getúlio não pode ser eleito, se eleito, não deve ser empossado"...

O DNA da chibata começou a latejar mais forte depois da patriótica campanha "O Petróleo é Nosso", que garantiu a aprovação do projeto e a descoberta de jazidas cada vez mais vultosas. A imprensa negocista, favorável à entrega da exploração a empresas estrangeiras, foi atando as pontas da teia da conspiração na tribuna e nas altas rodas capitalistas. Ninguém escapava, e valia tudo na sistemática difamação do governo. João Goulart foi derrubado do Ministério do Trabalho em 1953 por um manifesto de coronéis do Exército, por causa do reajuste de 100% do salário-mínimo congelado nos cinco anos de Eurico Gaspar Dutra. Exemplo da mentalidade de sentinelas da casa-grande dos futuros generais de linha dura de 64.

O cerco se fechou em seguida ao assassinato de um guarda-costas de Lacerda, major da Força Aérea, um de muitos oficiais assumidamente direitistas. Com um tiro no coração e a verdade da Carta-Testamento, Getúlio estragou a festa que já rolava nas mansões e redações e garantiu antecipadamente a eleição de Juscelino Kubitschek no ano seguinte, com João Goulart de vice. Antes da posse, o marechal legalista Teixeira Lott teve de abafar uma nova tentativa extralegal, desta vez na Marinha. Dois levantes contra Juscelino, na Força Aérea, deram sequência à crônica insubordinação das altas patentes de terra, mar e ar. Com pretexto de imunizar os quartéis contra o perigo do comunismo, a oficialidade direitista rejeitou iniciativas de emancipação tecnológica em favor das próprias forças armadas. A liderança histórica da aeronáutica refugou a ideia de criação de um instituto de pesquisas (ITA), hoje ilha de excelência, sob o argumento de que sairia mais barato importar aviões e peças sobressalentes.

Era a época em que tudo dos Estados Unidos era melhor, como cinema, música, literatura, ideias, hábitos e paisagens, enlatados em geral de secos e molhados, a época da papa-fina da colônia mais xenófoba em relação ao Brasil e aos brasileiros, a dos pensadores e escreventes de fofocas nascidos aqui mesmo. Aliás, não mudou nada de lá para cá. Dias de preconceito explícito contra o que é tipicamente nosso. Luiz Gonzaga, de chapéu de couro, foi barrado em portaria de rádio, o grande meio de comunicação de massa daqueles dias, enquanto Bob



CARTA TESTAMENTO DE GETULIO VARGAS

"MAIS UMA VEZ, AS FÔRÇAS E OS INTERÊSSES CONTRA O POVO COORDENARAM-SE NOVAMENTE E SE DESENCADEIAM SÔBRE MIM.

NÃO ME ACUSAM, INSULTAM; NÃO ME COMBATEM, CALUNIAM E NÃO DÃO O DIREITO DE DEFESA. PRECISAM SUFOCAR A MINHA VOZ E IMPEDIR A MINHA AÇÃO, PARA QUE EU NÃO CONTINUE A DEFENDER, COMO SEMPRE DEFENDI, O POVO E PRINCIPALMENTE OS HUMILDES. SIGO O DESTINO QUE ME É IMPOSTO. DEPOIS DE DECÊNIOS DE DOMÍNIO E ESPOLIAÇÃO DOS GRUPOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS INTERNACIONAIS, FIZ-ME CHEFE DE UMA REVOLUÇÃO E VENCI. TRIUNFEI O TRABALHO DE LIBERTAÇÃO E INSTAUREI O REGIME DE LIBERDADE SOCIAL. TIVE DE RENUNCIAR. VOLTEI AO GOVÊRNO NOS BRAÇOS DO POVO. A CAMPANHA SUBTERRÂNEA DOS GRUPOS INTERNACIONAIS ALIOU-SE À DOS GRUPOS NACIONAIS REVOLTADOS CONTRA O REGIME DE GARANTIA DO TRABALHO. A LEI DE LUCROS EXTRAORDINÁRIOS FOI DETIDA NO CONGRESSO. CONTRA A JUSTIÇA DA REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO SE DESENCADEARAM OS ODIOS. QUIZ CRIAR A LIBERDADE NACIONAL NA POTENCIALIZAÇÃO DE NOSSAS RIQUEZAS ATRAVÉS DA PETROBRÁS, MAL COMEÇA ESTA A FUNCIONAR. A ONDA DE AGITAÇÃO SE AVOLUMA. A ELETROBRÁS FOI OBSTACULADA ATÉ O DESESPÊRO. NÃO QUEREM QUE O TRABALHADOR SEJA LIVRE. NÃO QUEREM QUE O POVO SEJA INDEPENDENTE.

ASSUMI O GOVÊRNO DENTRO DA ESPIRAL INFLACIONÁRIA QUE DESTRUIA OS VALORES DO TRABALHO. OS LUCROS DAS EMPRÊSAS ESTRANGEIRAS ALCANÇAVAM ATÉ 500% AO ANO. NAS DECLARAÇÕES DE VALORES DO QUE IMPORTÁVAMOS EXISTIAM FRAUDES CONSTATADAS DE MAIS DE 100 MILHÕES DE DÓLARES POR ANO. VEIO A CRISE DO CAFÉ. VALORIZOU-SE O NOSSO PRINCIPAL PRODUTO. TENTAMOS DEFENDER SEU PREÇO E A RESPOSTA FOI UMA VIOLENTA PRESSÃO SÔBRE A NOSSA ECONOMIA A PONTO DE SERMOS OBRIGADOS A CEDER.

TENHO LUTADO MÊS A MÊS, DIA A DIA, HORA A HORA, RESISTINDO A UMA PRESSÃO CONSTANTE, INCESSANTE, TUDO SUPORTANDO EM SILÊNCIO, TUDO ESQUECENDO, RENUNCIANDO A MIM MESMO, PARA DEFENDER O POVO QUE AGORA SE QUEDA DESAMPARADO. NADA MAIS VOS POSSO DAR A NÃO SER MEU SANGUE. SE AS AVES DE RAPINA QUEREM O SANGUE DE ALGUÉM, QUEREM CONTINUAR SUGANDO O POVO BRASILEIRO, EU OFEREÇO EM HOLOCAUSTO A MINHA VIDA. ESCOLHO ESTE MEIO DE ESTAR SEMPRE CONVOSCO. QUANDO VOS HUMILHAREM, SENTIREIS MINHA ALMA SOFRENDO AO VOSSO LADO. QUANDO A FOME BATER À VOSSA PORTA, SENTIREIS EM VOSSO PEITO A ENERGIA PARA A LUTA POR VÓS E VOSSOS FILHOS. QUANDO VOS VILIPENDIAREM, SENTIREIS NO MEU PENSAMENTO A FÔRÇA PARA REAÇÃO. MEU SACRIFÍCIO VOS MANTERÁ UNIDOS E MEU NOME SERÁ VOSSA BANDEIRA DE LUTA. CADA GOTA DE MEU SANGUE SERÁ UMA CHAMA IMORTAL NA VOSSA CONSCIÊNCIA E MANTERÁ A VIBRAÇÃO SAGRADA PARA A RESISTÊNCIA. AO ÓDIO RESPONDO COM O PERDÃO. E AOS QUE PENSAM QUE ME DERROTARAM RESPONDO COM A MINHA VITÓRIA. ERA ESCRAVO DO POVO E HOJE ME LIBERTO PARA A VIDA ETERNA. MAS ÊSTE POVO DE QUEM FUI ESCRAVO NÃO MAIS SERÁ ESCRAVO DE NINGUÉM. MEU SACRIFÍCIO FICARÁ PARA SEMPRE EM SUA ALMA E MEU SANGUE SERÁ O PREÇO DE SEU RESGATE.

LUTEI CONTRA A ESPOLIAÇÃO DO BRASIL. LUTEI CONTRA A ESPOLIAÇÃO DO POVO. TENHO LUTADO DE PEITO ABERTO. O ÓDIO, AS INFÂMIAS, A CALÚNIA NÃO ABATERAM MEU ÂNIMO. EU VOS DEI MINHA VIDA. AGORA OFEREÇO MINHA MORTE. NÃO RECEIO. SERENAMENTE DOU O PRIMEIRO PASSO NO CAMINHO DA ETERNIDADE E SAIO DA VIDA PARA ENTRAR NA HISTÓRIA".

24 DE AGOSTO DE 1954

OFERECIDA AO POVO GAUCHO PELO GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA

Nelson passava fantasiado de caubói. A fantástica capacidade brasileira em digerir extravagâncias suportou o impacto da invasão cultural e ideológica e respondeu com o contraveneno do trabalhismo nas urnas. A irresistível preferência pelos candidatos trabalhistas dobrou, na prática, a bancada na Câmara dos Deputados. Goulart foi reeleito vice, com votação própria. Mais uma eleição e as reformas de base seriam destravadas.

A cara do Brasil da "mistureba", o trabalhismo irrompe orgulhoso do que é nosso, transpirando confiança na capacidade do povo. Nacionalista de raiz, é um caminho próprio de desenvolvimento autônomo e corre livre por entre as doutrinas em confronto na Guerra Fria. O povo enxerga o Brasil e a si mesmo pelos olhos do trabalhismo e gosta do que vê.

De repente São Paulo resolve enriquecer o folclore político com a figura excêntrica do Homem da Vassoura, austero, vocabulário pomposo, impulsivo, imagem destrambelhada, o modelito popularesco do conservadorismo de colete e relógio de bolso, que Carlos Lacerda avalizou para as elites quatrocentonas. O tufão eleitoral Jânio Quadros subiu a rampa do Palácio do Planalto prometendo dedetizar a política, desinfetar a economia ao estilo ensebado dos guarda-livros e moralizar os costumes ameaçados pelo biquíni nos concursos de miss e rinhas de galo nos subúrbios.

A vitória fácil de Jânio aplastou as forças progressistas e excitou a direita, que via nele o homem certo na presidência para conter a reviravolta que abalava as estruturas tradicionais de controle social. A industrialização acelerou a urbanização que impulsionou novos hábitos sociais e atitudes impensáveis de comportamento individual e coletivo. Eis senão quando Jânio acha por bem ornamentar a jaqueta de Che Guevara com a maior condecoração nacional, um sacrilégio pornográfico no momento em que Cuba era o pesadelo da diplomacia norte-americana.

Direita atônita, esquerda perplexa, Lacerda, possesso, acusa Jânio de tramar o autogolpe. Sem uma palavra em público e por meio de uma mensagem lacônica ao Congresso, Jânio renuncia após a solenidade do Dia do Soldado (25 de agosto) e voa para São Paulo, levando a faixa presidencial, não se sabe se de souvenir ou para a posse de presidente-ditador.

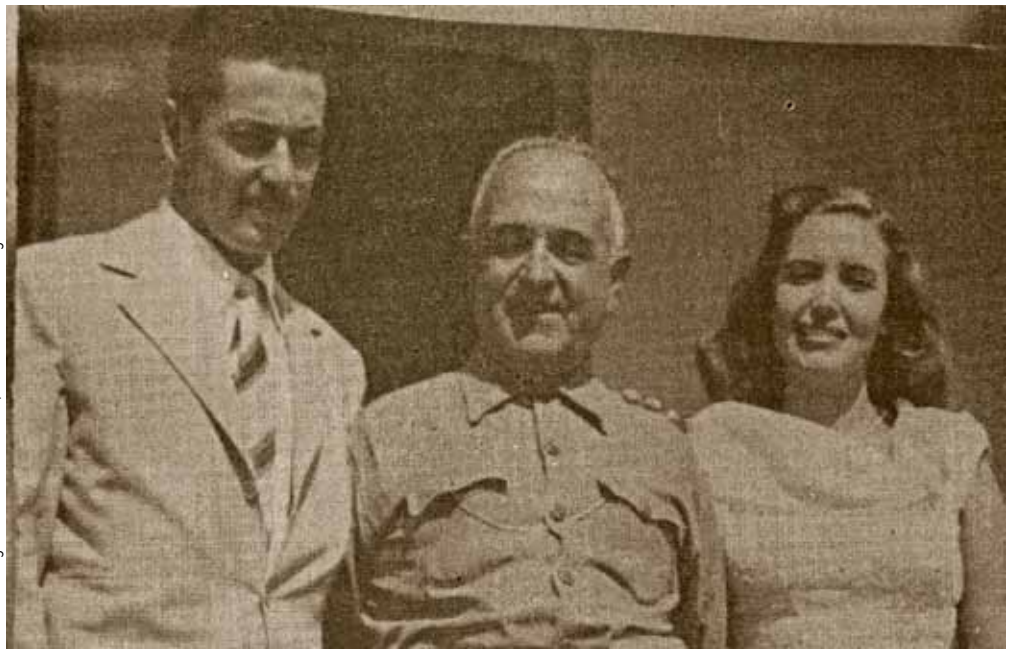
No outro lado do mundo, na China, afagado como chefe de Estado por Mao Tse-Tung, honraria que os ministros militares de seu país lhe negam, Goulart atrasa o regresso, à espera da definição dos acontecimentos. Publicamente, os ministros militares anunciam o veto à posse de Goulart e reservadamente determinam a censura a rádios e jornais e a detenção de quem protestar. Lacerda, governador do Rio, se encarrega de aplicar a censura e de reprimir manifestações de rua. Em manifesto, os ministros militares regurgitam o vergonhoso episódio dos coronéis, de oito anos atrás, na tentativa de justificar o veto a Goulart:

"Já ao tempo em que exercera o Ministério do Trabalho, o sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos eminentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses da nossa classe trabalhadora".

Goulart era um sério risco às instituições: "Usou de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores".

Mais, as viagens de Goulart ao exterior eram muito suspeitas: " Tornara clara e patente a sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares... Na presidência da República constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil... As forças armadas transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas".

Escorria gosma venenosa do ovo da serpente prestes a descascar. Tudo corria conforme o previsto em situações em que não há como se opor a ordens dadas de armas na mão contra o direito do povo de escolher o modelo de desenvolvimento de interesse da nação e condigno a todos. Estava por acontecer, no entanto, em Porto Alegre, o estalo da consciência democrática que se irradiou por todo o Brasil. Foram dias gloriosos de serem lembrados para sempre. Lembrar é preciso, para nunca esquecer.



Assembleia Legislativa do Estado do RS/Acervo Memorial do Legislativo

Brizola, Getúlio Vargas e d. Neusa Goulart Brizola

Trabalhismo

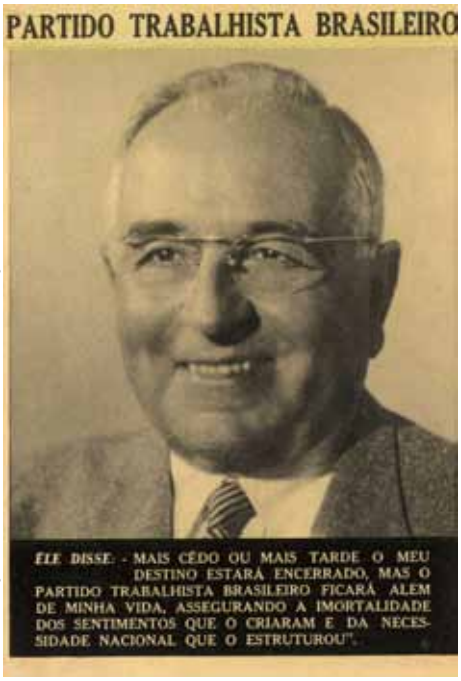
Nenhum movimento político enfrentou oposição tão forte e expandiu-se mais que o trabalhismo entre 1945 e 1964, fenômeno social que alarmou as elites associadas ao capital internacional e setores retrógrados da sociedade. Tinha contra si cardeais, banqueiros, generais e magnatas em geral acostumados com a docilidade dos partidos tradicionais e com o ambiente de inércia social. A campanha preconceituosa que sofreu da imprensa teve efeito contrário. Quanto mais ela espancava, mais crescia a massa de votos trabalhistas.

O reconhecimento dos direitos básicos dos trabalhadores, retribuídos com a eleição de Getúlio Vargas em 1950, levantou uma maré de entusiasmo popular em torno do recém-fundado Partido Trabalhista. Ser getulista era a senha de ingresso ao lado de personalidades politicamente esclarecidas. A comoção pela morte de Vargas, simbolizada na Carta-Testamento, acelerou o engajamento popular e impulsionou a campanha das reformas de base. Sem um trabalhista no Palácio Piratini não haveria Legalidade.

Foi o principal alvo da conspiração de 1964 e o mais perseguido. Comunismo foi pretexto, o golpe mirou no progressismo e no nacionalismo que quebrava a letargia dos excluídos e cobrava diálogo social. Prioridade à educação, pressão por condições condignas de trabalho e de vida, destrancamento do mercado interno caracterizam o trabalhismo como um elevador social concorrido e fator de modernização do campo, caso típico da triticultura.

São incomparáveis as iniciativas de interesse da nação – Petrobras e Eletrobras – e de implantação da infraestrutura que viabilizou a maior economia do Hemisfério Sul, sem prejuízo do impulso à inclusão social. É de seus pensadores – Alberto Pasqualini, Darcy Ribeiro e outros – o mergulho profundo na realidade brasileira que resultou no único projeto nacional de partido. Em complemento ao golpe militar, o malabarismo jurídico presenteou a legenda histórica a uma facção oportunista, alheia à luta social. Suplementar e compulsivamente, o jornalismo político preconceituoso crava no trabalhismo o estigma reservado ao sentimento genuíno do povo. Em resposta, os vultos políticos mais entranhados na memória coletiva são os de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. **[CAK]**

Assembleia Legislativa do Estado do RS/Acervo Memorial do Legislativo



Assembleia Legislativa do Estado do RS/Acervo Memorial do Legislativo

Getúlio Vargas

(1882 – 1954)

Principal personagem político do Brasil no século 20, governou o país de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, como chefe da Revolução de 30 e depois como presidente eleito, mandato que não concluiu. Em seu primeiro governo, impulsionou a industrialização, modernizou as leis em todas as áreas, a eleitoral inclusive, com a extensão do direito do voto à mulher e a de proteção ao trabalhador, que depois inspirou a fundação do trabalhismo como partido. Implantou a primeira usina siderúrgica (Volta Redonda) e declarou guerra à Alemanha nazista (único país latino-americano a enviar tropas ao teatro de guerra). Destaque do seu segundo governo foi a criação da Petrobras, com a aprovação do Congresso do monopólio da exploração de petróleo. Sob forte oposição, por causa de suas posições nacionalistas, suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954, para não ser deposto. Deixou como legado político a Carta-Testamento, em que denuncia as forças que se opõem ao desenvolvimento do Brasil.

Antes da Revolução de 30, promoveu a pacificação política do Estado, até então convulsionado por periódicas guerras civis, imediatamente após sua eleição a governador (presidente à época). Foi também deputado estadual, ministro da Fazenda no governo Washington Luiz e senador. [**CAK**]

A LEGA DE BRIZO

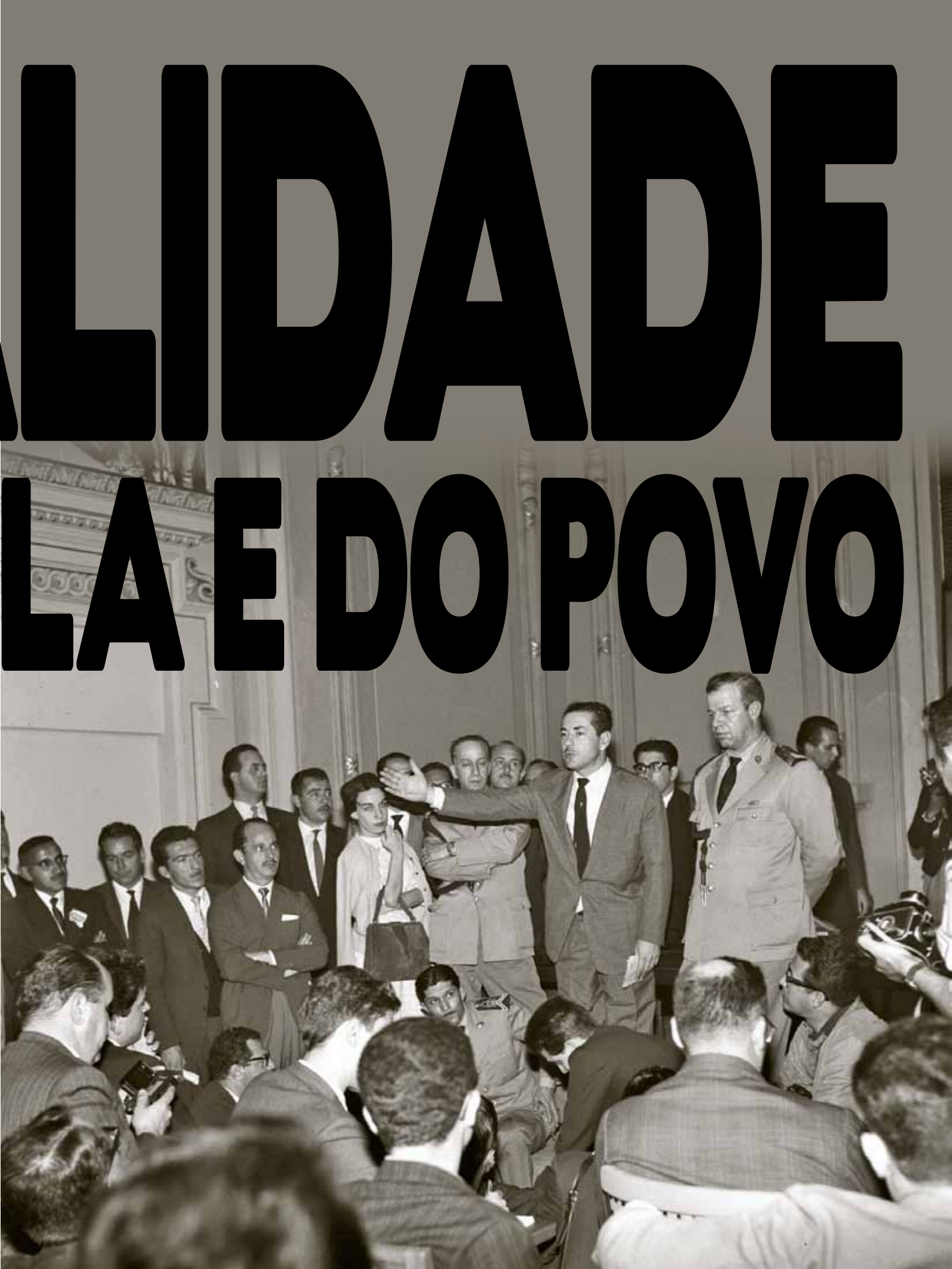
Francis Maia | *Jornalista*

Foi em 1984 que o desejo de eleições diretas para presidente da República ganhou as ruas, depois de 20 anos de ditadura militar. Ainda tímidos pelo silêncio de duas décadas, aos poucos os partidos políticos, sindicatos e estudantes retomaram o gosto pelo protesto livre nas ruas, pelo direito civil de reivindicar. O movimento Diretas Já mobilizou as principais capitais do país e mostrou ao governo militar que o seu tempo tinha acabado. Demorou mais cinco anos para que o povo, finalmente, pudesse sacramentar diretamente nas urnas a sua intenção de voto, garantida um ano antes, na Constituição de 1988.

O escolhido na histórica eleição de 1989 foi um jovem e audacioso político conservador, que em pouco tempo mostrou não estar preparado para o cargo. Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito livremente desde 1960, acusado de corrupção, sofreu processo de impeachment e renunciou em 1992, numa ação que resultou da forte pressão popular nas ruas. Os jovens caras-pintadas materializaram a indignação e encerraram o ciclo do medo imposto pelos militares. Assim como a mobilização popular impulsionou a queda de um corrupto, da mesma forma a força do povo, há 50 anos, garantiu a posse do presidente João Goulart.

Foi nas ruas de Porto Alegre, em agosto de 1961, o palco da unidade popular em clamor espontâneo que brotou das fábricas, das escolas, das repartições públicas, das moradias, do interior do Estado, direcionados em passeatas entoando palavras de ordem na defesa da Constituição, ameaçada pela tentativa de golpe dos militares, depois da renúncia do presidente Jânio Quadros. Liderados pela lucidez e coragem do governador Leonel Brizola (1922-2004), civis e militares legalistas enfrentaram os golpistas e obrigaram respeito à Constituição brasileira.

LIDADE
LA E DO POVO



A revolução de agosto

Dispostos a morrer pela Pátria, os gaúchos entraram em vigília permanente algumas horas depois de o presidente renunciar, na manhã de 25 de agosto de 1961: incrédulos diante da atitude inesperada e da ameaça de golpe militar contra o direito constitucional de o vice-presidente, João Goulart, assumir a presidência da República, tomaram as ruas de Porto Alegre e iniciaram um movimento histórico que encontrou no patriotismo do governador Leonel Brizola a parceria para contrariar o golpe. Em pouco tempo e mesmo com o Rio Grande do Sul isolado, Brizola resistiu.

A década de 60 trazia o mundo impregnado de luta ideológica: no auge da Guerra Fria, polarizada entre Estados Unidos e União Soviética, os americanos suavam para superar a histórica e surpreendente Revolução Cubana de 1959, liderada por Fidel Castro e pelo argentino Che Guevara, numa ação épica que, em abril de 1961, aprofundara ainda mais a vergonha dos americanos: nova derrota em território cubano, numa fracassada tentativa de invasão da ilha pela Baía dos Porcos. O mundo vivia sob a ameaça comunista, e a América Latina, em especial, temia os reflexos do recente socialismo cubano.

Havia sete anos do suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, no Brasil o clima não era diferente. Ao afastar do poder com a Revolução de 30 os grupos que mantinham o país num modelo arcaico e atrasado, o gaúcho de São Borja e ex-governador do Rio Grande do Sul (à época presidente do Estado) ergueu o moderno Estado brasileiro, alcançou os direitos sociais aos trabalhadores e definiu uma política econômica capaz de alavancar o desenvolvimento nacional. Mas a contrariedade de interesses germinou um conservadorismo feroz e incansável pela retomada do poder. A expressiva vitória de Jânio Quadros, em 1960, define a ânsia desses grupos: para superar a popularidade de Getúlio Vargas, os conservadores e militares buscaram no discurso moralizador e messiânico do ex-governador de São Paulo a figura capaz de representá-los na presidência da República. Naquela época, o poder militar não estava restrito aos quartéis: os militares tanto pregavam o anticomunismo quanto defendiam o nacionalismo. O apelo popular de Jânio foi breve, em sete meses esgotou a si mesmo e renunciou. Saiu cedo do jogo político, mas não o suficiente para permitir que em Porto Alegre os gaúchos fizessem mais uma de suas façanhas, a maior delas, na avaliação do líder Leonel Brizola.

O ato rápido e nervoso do presidente Jânio Quadros em Brasília veio a público quase no final da manhã daquela sexta-feira, 25 de agosto, Dia do Soldado. A terceira maior cidade do país, Porto Alegre abrigava em torno de 630 mil moradores. A cidade aos poucos se distanciava do grande trauma que foi a enchente de 1941, quando o Guaíba engoliu o que hoje é conhecido como o Centro Histórico. Naquela última semana de agosto, a prefeitura limpava ruas e calçadas para receber a visita do presidente Jânio Quadros, prevista para o dia 26. Nos preparativos oficiais, a Marinha de Guerra atracou o contratorpedeiro Baependi no porto. Com a proximidade do dia 7 de setembro, o Exército determinou o deslocamento de pelotões de cavalaria de Uruguaiana, Bagé e Santiago até Porto Alegre, para a parada militar. Todos se encontravam, naquele dia, nas imediações de Pantano Grande. Alguns governadores haviam confirmado presença na cidade, que dispunha de poucos hotéis, e autoridades ficariam hospedadas em casas de moradores ilustres. Os professores e funcionários estaduais preparavam protestos, até mesmo junto ao presidente, pelo atraso de seus salários. Assim transcorria a rotina na capital.

"Não pactuaremos com golpes ou violências contra a ordem constitucional"

A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

O presidente que se elegeu com o propósito de varrer a corrupção e condecorou o revolucionário Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul anunciou sua renúncia com apenas sete meses de governo, motivado por "forças ocultas". Jânio Quadros, o mato-grossense que já governara São Paulo foi eleito com apoio da União Democrática Nacional, a legenda partidária que incorporava o moralismo de direita e que perseguiu implacavelmente Getúlio Vargas até o seu suicídio, em 24 de agosto de 1954. O mesmo Carlos Lacerda (UDN) que sete anos antes fustigara Getúlio voltou-se contra Jânio, que acusava de comunista, impossibilitado de chamá-lo de corrupto, como fizera contra Vargas e o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960).

O vice-presidente da República, João Goulart, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, se encontrava em missão oficial à República Popular da China. O herdeiro direto do trabalhismo de Vargas deveria assumir a presidência, mas os ministros militares – marechal Odílio Denys, da Guerra, vice-almirante Sílvio Heck, da Marinha, e brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica – tentaram mudar o curso da história: não queriam que Jango assumisse e nem mesmo que retornasse ao Brasil.

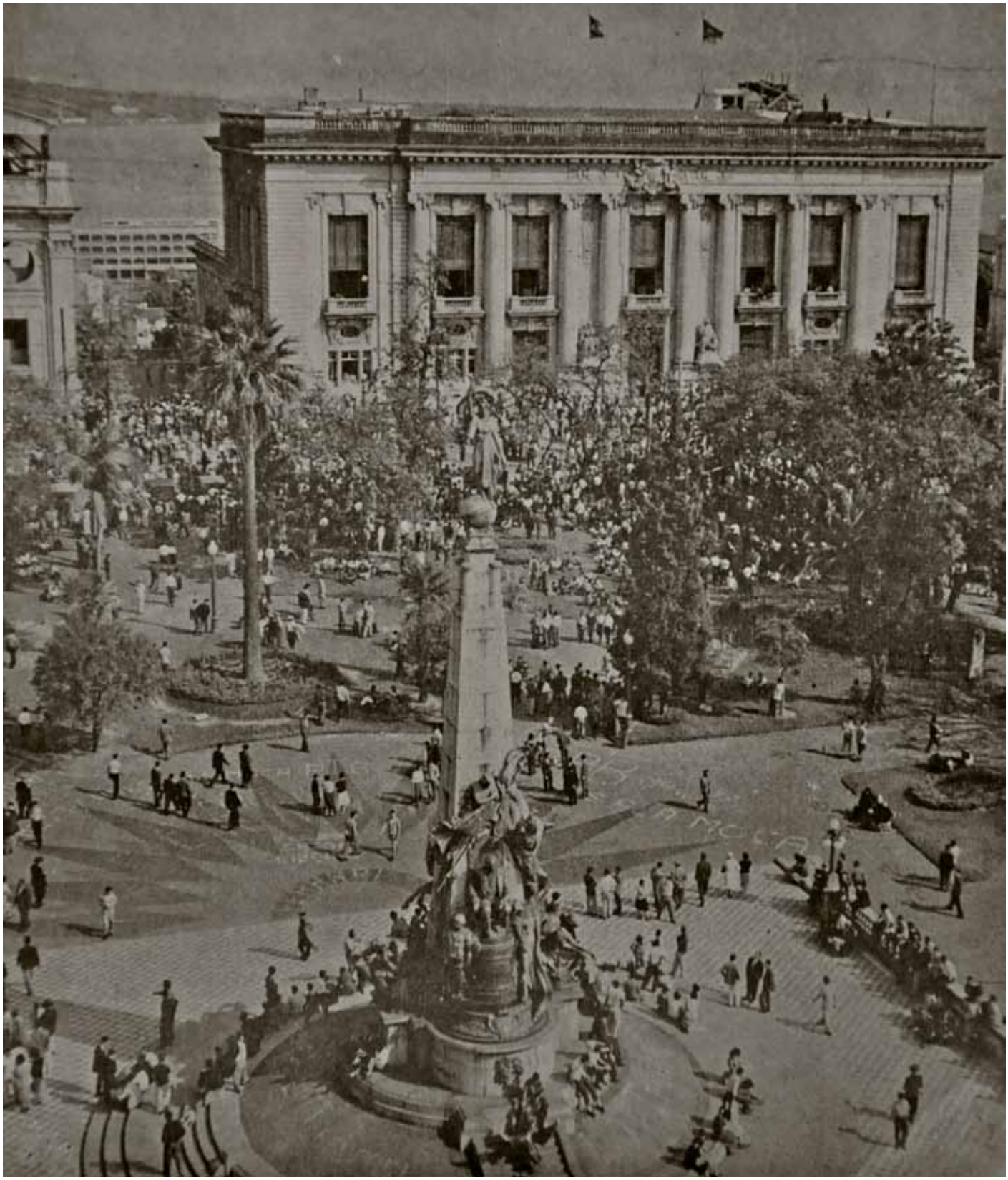
O Congresso abriu sessão extraordinária naquela mesma tarde, e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência, e a Nação foi comunicada da inconveniência, "por motivos de segurança nacional", do retorno de Jango. Em Porto Alegre o governador Leonel Brizola, que naquela sexta-feira aguardava a visita presidencial, poucas horas depois de tomar conhecimento da renúncia, anunciou que "o Rio Grande do Sul não pactuará com qualquer golpe contra as instituições e liberdade pública".

Os golpistas não contavam com a força cívica dos gaúchos. Em poucas horas estava instalada a Legalidade, ação política liderada por Brizola que mobilizou a população civil e militar de Porto Alegre, alcançou rapidamente a região Metropolitana, todo o interior do Rio Grande do Sul e o Brasil. Durante 13 dias, até a posse de João Goulart, em 7 de setembro de 1961, a cidadania explodiu em vigília, solidariedade e resistência, assumindo o papel de protagonista da história pelo cumprimento da ordem constitucional.

Vice em separado

Conforme o processo eleitoral vigente, o eleitor optava em votar no presidente e no vice em separado. Assim, Jânio venceu com 5,6 milhões de votos pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), com apoio da União Democrática Nacional (UDN), que indicou o candidato a vice, Milton Campos, derrotado por João Goulart (PTB), que já tinha sido vice-presidente de Juscelino Kubitschek. Jango disputou na chapa do marechal Teixeira Lott e recebeu 4,5 milhões de votos.

Menos de 48 horas depois de anunciada a renúncia de Jânio, começou a reação popular.



A Praça da Matriz foi o palco da mobilização popular durante a Legalidade

BRIZOLA LIDERA A RESISTÊNCIA

Aos 39 anos, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-deputado, em 1961 o engenheiro Leonel Brizola estava há dois no governo do Rio Grande do Sul. Como já fizera na Secretaria de Obras, em 1952, onde projetou obras de infraestrutura como a Ponte do Guaíba, e na prefeitura da capital, em 1955, quando investiu em obras viárias, saneamento básico e construção de escolas, assumiu o Palácio Piratini em 1959 com maioria do PTB na Assembleia Legislativa (24 deputados estaduais) e recebeu um Estado economicamente frágil, às escuras, sem estradas, com um sistema financeiro atrasado, analfabetismo e miséria no campo. Em apenas três meses, nacionalizou a companhia de distribuição elétrica (Bond & Share), criando a CEEE.

O confronto com os americanos ganhou repercussão internacional, Brizola não se intimidou e partiu para resolver o problema da telefonia, que deixava sistematicamente mudas as comunicações no Rio Grande do Sul. Em 1960 nacionalizou a IT&T e criou a CRT, antes mesmo de os cubanos, que haviam triunfado com a sua Revolução, em 1959, partirem para as desapropriações na ilha caribenha. Mas foi na educação que ele revolucionou o Estado: não queria nenhuma criança fora da escola e idealizou o projeto que resultou nas escolinhas do Brizola, nome dado aos prédios de madeira distribuídos às margens das estradas, em vales e picadas.

Em março de 1961, ao decretar o Ano da Escolarização, o Estado foi apresentado como "um território coberto de escolas", derrubando o analfabetismo entre os gaúchos. Com 6.302 escolas construídas, Brizola se orgulhava em dizer que "ninguém fez mais escolas no mundo". Com todas essas medidas, em 25 de agosto de 1961, Brizola desfrutava da confiança da população.

Às vésperas da visita do presidente Jânio Quadros em Porto Alegre, onde instalaria o governo para a inauguração da feira de animais, o governador esteve dia 24 de agosto em São Borja, para as homenagens a Getúlio Vargas no sétimo ano do seu falecimento, tendo presidido cerimônia em memória do líder trabalhista também na Praça da Alfândega, na tarde de quinta-feira. Na mesma noite, em Porto Alegre, o PTB metropolitano resolveu uma disputa interna e Brizola foi reeleito para a presidência da sigla.

Antiga rede social

A voz de Leonel Brizola fazia parte da programação radiofônica dos gaúchos. Era a "rede social" que ele utilizava todas as sextas-feiras, depois da Voz do Brasil, através dos microfones da Rádio Farroupilha, num programa de duas horas, mas que, invariavelmente, avançava pela madrugada.

Da sede do PTB, na Praça da Alfândega, ele estabelecia o contato direto com a população. Intuitivo e comunicador, desbravou a força da informação e exercitou o seu poder com as palavras nesse canal direto com o povo desde os primeiros dias como prefeito da capital, em 1955.

Era o que fazia nas suas longas e descritivas palestras noturnas, prestando contas dos atos administrativos e falando do que mais gostava, sobre a política. Ele ensinava o povo a pensar, valendo-se da eloquência natural que possuía e da grande empatia com a população.

Do outro lado, com o ouvido grudado no radinho, a população escutava, em silêncio solene, aquele homem influente que se preocupava em ensinar ao povo tudo o que sabia da política. Assim, quando estourou a crise, embora estivesse com o programa desativado, foi primeiro na população que ele pensou ao mandar a Brigada Militar providenciar reforço na ordem pública e, logo em seguida, tratou de informar o povo.

Passadas 48 horas da renúncia de Jânio, Brizola instalou a Rede da Legalidade e através do microfone comandou a mais expressiva cadeia de rádio que se tem notícia: funcionando sem intervalos, apenas Brizola fazia os discursos e os locutores transmitiam as notícias dos acontecimentos que se desenrolavam no pavilhão superior do Palácio Piratini.

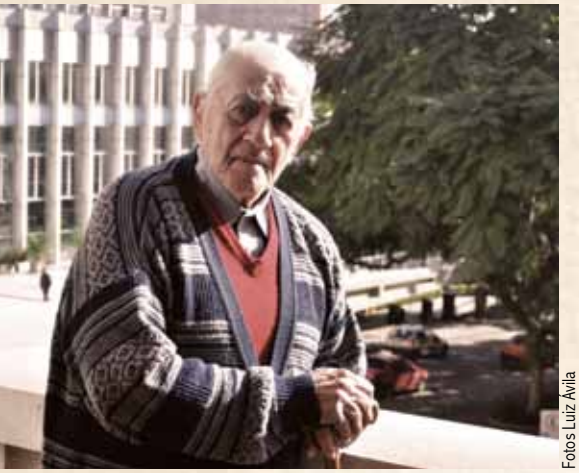
JÂNIO REVELA QUE FOI EXPULSO DO PAÍS - P. 5

aHORA

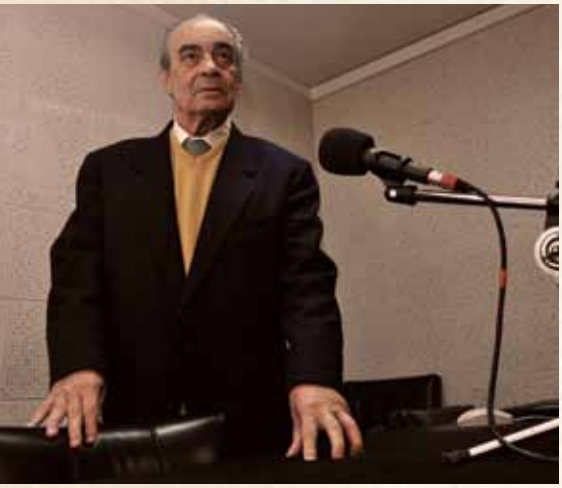
COMISSÃO DE 15 ESTUDA A MENSAGEM DE MAZZILI - P 3

RESISTE O CONGRESSO

CINCO TESTEMUNHOS HISTÓRICOS



Fotos Luiz Ávila



Emílio Neme
Carlos Bastos

Era Dia do Soldado e as autoridades prestavam homenagens, pela manhã, no Parque Farroupilha, conta o então subchefe da Casa Militar, major Emílio Neme, hoje com 85 anos, que naquela manhã estava ao lado do governador Leonel Brizola. Ali surgiram os primeiros indícios da crise que se aproximava: o comandante do III Exército, general José Machado Lopes, foi cercado por oficiais e encurtou a cerimônia. Neme alertou o governador Leonel Brizola sobre a movimentação estranha e, logo em seguida, foi avisado pelo seu secretário de Imprensa, jornalista Hamilton Chaves, da renúncia de Jânio.

Na sede da Caixa Econômica Estadual, na esquina das ruas Doutor Flores com Andradas, Brizola confirmou a bombástica notícia com o general Machado Lopes, que às 10h fora informado pelo alto comando das Forças Armadas. Uma hora depois foi expedida ordem de prontidão militar. Edições extraordinárias explodiram em todas as rádios nacionais e internacionais. "A partir dali, Brizola iniciou os contatos com os líderes do PTB, em Brasília, disparando telefonemas para todos os lados, e não parou mais", lembra o coronel da reserva da Brigada Militar, que se manteve fiel ao líder até sua morte em 2004, aos 82 anos, no Rio de Janeiro.

Perto das 13h Jânio estava confinado na Base Aérea de Cumbica, em São Paulo, de onde sairia apenas no dia seguinte, para o exterior. O assunto foi divulgado às 14h30min na sessão plenária da Assembleia Legislativa, que entrou em vigília. "Eu caminhava pela praça da Alfândega, em direção ao Jornal Última Hora, que ficava na Sete de Setembro, e fui avisado da renúncia de Jânio, confirmei a informação na redação e corri para o Palácio Piratini", relembra o então repórter de política e setorista da Assembleia e do Palácio Piratini, Carlos Bastos, que, aos 27 anos, vivenciou toda a crise dos porões da Legalidade.

"A primeira manifestação de Brizola foi no início da noite, de uma janela térrea do Palácio Piratini, provocada por estudantes e sindicalistas que vinham de comício no Largo da Prefeitura e com a notícia da renúncia se deslocaram até o Piratini", relata Bastos, que chegou a receber um revólver.

Em Brasília, a Câmara Federal abriu sessão extraordinária a partir das 16h55min para o anúncio da vacância do governo presidencial. Pouco antes da meia-noite de sábado, Brizola entrou na sede do Legislativo e avisou aos deputados, que estavam em vigília, que resistiria ao golpe.

O vice-presidente, João Goulart, estava em visita oficial à República Popular da China e somente no início da madrugada de sábado na Ásia tomou conhecimento da renúncia e tratou de organizar o retorno. "Nas ruas, o clima era de perplexidade e indignação", comenta o jornalista, que aos 77 anos orgulha-se de ter conseguido manter o equilíbrio entre a paixão despertada pela Legalidade e a isenção da notícia exigida pela profissão. "Foi o maior movimento popular da nossa história e o momento de maior genialidade política de Brizola", garante ele.

Brizola atravessou a madrugada ao telefone. No final da manhã localizou Jânio Quadros em Cumbica e ofereceu o Rio Grande do Sul como trincheira da resistência, mas o ex-presidente recusou e embarcou para a Europa. O deputado Rui

Resistentes da Legalidade, cinco históricos trabalhistas – dentre muitos outros que ainda hoje atuam na política com vigor e determinação – revivem aqueles dias de tensão.

Indio Vargas
Ney Ortiz Borges
Antônio de Pádua Ferreira

Ramos (PTB), de Brasília, confirmou o andamento do golpe para impedir a posse de Jango. Em conversa tensa com o general Machado Lopes, no início da tarde, os dois titulares da Legalidade estavam em fileiras opostas: o militar com o Exército e Brizola com a Constituição.

O advogado, jornalista e ex-preso político Indio Vargas, hoje com 83 anos, era repórter credenciado do Diário de Notícias no Palácio Piratini e recebeu a determinação do editor-chefe de acompanhar Brizola "passo a passo". Tinha 33 anos. Deslocou-se para a antessala do governador, que na época era o Gabinete de Administração e Planejamento, onde ficou de ouvido colado: "As ligações telefônicas eram precárias e ele (Brizola) tinha que gritar e eu, aqui, ficava sabendo de todos os contatos", revelou.

Foi assim que soube da adesão dos dois generais nacionalistas, Oromar Osório, de Santiago, e Peri Bevilaqua, de Santa Maria, "que já posicionavam suas tropas para a resistência e pediam apoio logístico ao governador", ouviu. Brizola apurou os acontecimentos e traçou a resistência, lembra ele, destacando a lucidez do governador diante do fato histórico.

Junto com as conversas ao telefone, Brizola adotava medidas práticas sobre a situação nos quartéis e a mobilização da Brigada Militar; pediu levantamento de armas e munições no palácio e mandou traçar os pontos estratégicos nos arredores da Praça da Matriz para um eventual ataque militar. O comandante da BM, Diomário Moojen, apresentou estoque de armamento da força militar estadual que, embora sucateado, serviria para a defesa. Casamatas foram montadas nas torres da Catedral Metropolitana, apesar da negativa da autoridade religiosa, e soldados foram deslocados para o Theatro São Pedro e imediações do Palácio da Justiça, com ordem de atirar em caso de ataque do III Exército. Foi o manifesto do marechal Henrique Teixeira Lott, divulgado na noite de sábado à nação, criticando os ministros militares golpistas, que acelerou o processo. Às 3h o governador Leonel Brizola acordou os gaúchos alertando contra o golpe. As emissoras de rádio repetiam sem parar a mensagem do governador e foram silenciadas pelo III Exército.

Brizola requisita a Rádio Guaíba, única emissora que estava no ar, e determina uma operação de guerra para a segurança da torre de transmissão, na Ilha da Pintada. O engenheiro Homero Simon, diretor técnico da emissora, foi deslocado para os porões do palácio, juntamente com o técnico Celso Costa, e em menos de três horas estava montada a Rede da Legalidade, que abriu seu microfone às 14h23min do domingo, 27 de agosto, silenciando-se em Brasília, no dia 7 setembro, quando João Goulart foi empossado presidente da República.

A conhecida voz que palestrava nas noites de sexta-feira ganhou força de canhão nos porões do Palácio Piratini e explodiu na Rede da Legalidade, uma cadeia de 104 emissoras de rádio que durante 11 dias manteve os gaúchos e brasileiros informados dos desdobramentos da crise. À medida que Brizola discursava, aumentava a concentração na frente da sede do governo, que abrigou em torno de 100 mil pessoas nos momentos mais tensos.

A força do povo

Em movimentos espontâneos, em poucas horas a população organizou a resistência. Os mais politizados, como os sindicalistas, estudantes e artistas, pegaram em armas acreditando numa revolução, mas a maioria era movida mesmo pelo civismo. Assim, foram montados os batalhões revolucionários; os estudantes lideravam comícios nos bondes, treinavam tiro ao alvo; as mulheres se alistaram para a luta, recebiam orientações de primeiros socorros e até armas; o Hospital de Pronto Socorro armazenou plasma; a Cruz Vermelha organizou voluntários para socorros de urgência; médicos e enfermeiros preparavam unidades móveis de socorro, inclusive na área residencial do Palácio Piratini, para atender eventuais feridos; repartições públicas e municípios encaminharam viaturas para o governo estadual.

Batalhões revolucionários

Os operários ganharam as ruas em batalhões próprios, como o Batalhão Praiano, o Batalhão Universitário, o Batalhão das Vilas Populares, o Batalhão Tiradentes e diversos outros; coube aos operários a organização do Comitê de Resistência Democrática de Porto Alegre, localizado no Mata-Borrão, pavilhão de exposições do governo gaúcho, na avenida Borges de Medeiros, onde um alto-falante entrou em cadeia com a Rede da Legalidade, enquanto eram feitos os alistamentos, que superaram 200 mil voluntários. Porto Alegre organizou mais de 200 comitês; no interior, houve o registro de 50 mil alistados e comitês de resistência em 40 municípios, que funcionavam como força de reserva da Brigada Militar e do III Exército.

Soldados voluntários

Do interior começaram a chegar os destacamentos de voluntários a cavalo, muitos ferrenhos adversários políticos das revoluções de 1893 e 1923, mas naquele momento unidos pela Legalidade: de revólver em punho, todos atenderam o apelo legalista. Um veterano da campanha de 1923 da Brigada Militar se apresentou para a luta e um ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira ofereceu sua experiência como soldado. A população enviava mensagens e colocava suas casas à disposição para abrigar até mesmo as crianças.

Os mais politizados, como os sindicalistas, estudantes e artistas, pegaram em armas acreditando numa revolução, mas a maioria era movida mesmo pelo civismo.

Exército espontâneo

Seberi preparou 600 homens para a luta; em Minas do Butiá, os peões trocaram o laço pela pistola; em Constantina, a resistência não só foi montada como houve ação de milícias patrulhando as ruas da cidade com distribuição de armas; a prefeitura de Carazinho foi tomada, a rádio local foi encampada, e a Brigada Militar assumiu a guarda de postos de gasolina e estabelecimentos comerciais; em Lagoa Vermelha, advogados, farmacêuticos e promotores de Justiça perfilaram-se para a defesa da Pátria; mil homens em prontidão em Bagé; comitês de alistamento foram montados em Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo e na maioria das cidades gaúchas.

Hino da Legalidade

Em Porto Alegre, as milícias populares desfilavam sob aplausos da população, deslocando-se pelas avenidas Borges de Medeiros e Praia de Belas, de norte a sul da cidade, com o Hino da Legalidade retumbando em todas as esquinas. O hino que até hoje é entoado nas reuniões do PDT, foi solicitado pelo governador Leonel Brizola ao Teatro de Equipe, que suspendeu as sessões e permaneceu em vigília com os artistas que por lá circulavam. De autoria da escritora e jornalista Lara de Lemos e música do ator Paulo César Pereio, o hino teve a colaboração da francesa Madeleine Rouffier, responsável por um coral, e em três dias entrou na programação da Rádio da Legalidade.

Sem radicalismo e com elegância, definiu Brizola

Nas comemorações dos 40 anos da Legalidade, em sessão-solene dia 28 de agosto de 2001 na Assembleia Legislativa, o ex-governador Leonel Brizola atribuiu ao "conselho de vozes de todas as procedências a unidade naquela adversidade", que não foi conduzida com a radicalidade com que ele costumava agir, "no desempenho daquela missão, até assimilei alguns passos que nunca caracterizaram bem a minha atuação na vida política – sempre fui mais drástico, sempre fui mais positivo nas minhas manifestações". Segundo ele, "foi um movimento que se desenvolveu com elegância", relatando os procedimentos que adotou nos contatos com as altas patentes militares. Ao atribuir a Legalidade "à alma e à rebeldia do povo gaúcho", disse que "acendi a primeira fagulha e a resposta foi imediata", fazendo uma referência especial ao valor da mulher gaúcha, "é possível que a maioria das pessoas não saibam disso, mas as mulheres receberam armas". Inclusive sua esposa, d. Neusa Goulart Brizola, que nos dias de maior tensão, levou os filhos para a casa da amiga Mila Cauduro e permaneceu ao lado do marido, disposta a morrer se fosse necessário.

Outro momento que destacou foi a ação dos sargentos na Base Aérea de Canoas, "foram extremamente sacrificados", e alertou que os fatos envolvendo essa sublevação devem ser elucidados "porque foram sacrificadas algumas vidas". "Esse (episódio) esteve soterrado nos 20 anos do regime militar, estava abaixo do subsolo, nem se podia falar", resumiu. O líder da resistência, que amargou 15 anos de exílio, pediu que o episódio não seja esquecido e que "o Brasil inteiro o valorize, porque podemos encontrar num episódio como o da Legalidade muitos valores que venham nos apontar o caminho".

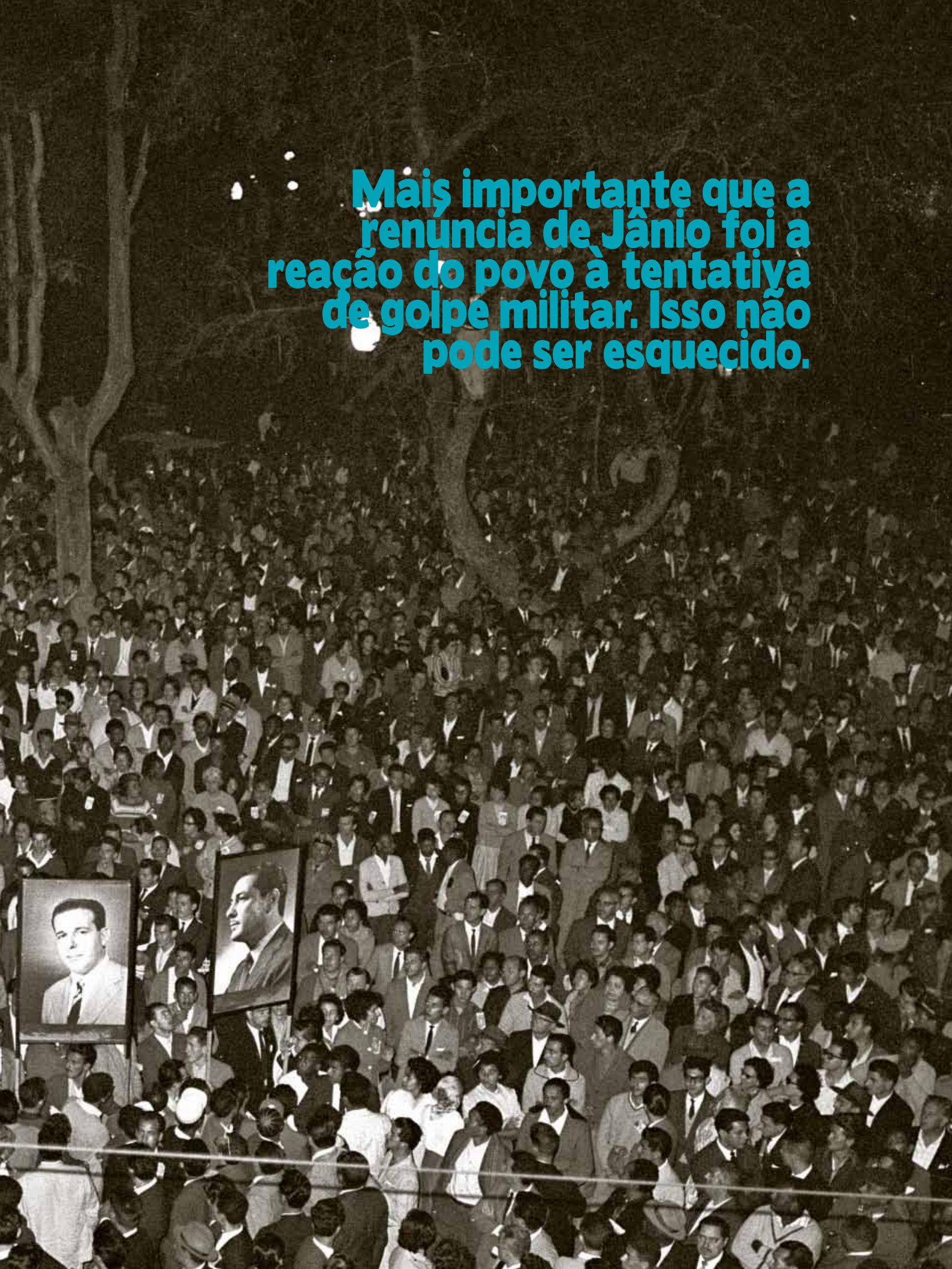
Nos arquivos americanos

Para quem não acredita ou duvida, esta importante página da história nacional se encontra nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, em Washington, apurou a jornalista Dione Kuhn no seu livro Brizola, da Legalidade ao Exílio (2004). "Mais de cem documentos produzidos por funcionários americanos em muitas partes do mundo, com a visão da maior potência mundial a respeito do conflito, trouxeram à tona aspectos até então ignorados da crise que quase levou o Brasil à guerra civil". Aqui, as referências ao episódio são poucas e os livros escolares quase não explicam a Legalidade. Esse foi um dos legados dos militares à pátria: o esquecimento nos livros didáticos da memória histórica recente. Mais importante que a renúncia de Jânio foi a reação do povo à tentativa de golpe militar. Isso não pode ser esquecido.

Os relatos daqueles dias de Legalidade pelas ruas de Porto Alegre estão guardados no arquivo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, localizado na Rua dos Andradas, 959, centro da capital. Ali, pelo menos três arquivos robustos reúnem os jornais e revistas da época, como Folha da Tarde, Correio do Povo, Última Hora, Revista do Globo, O Cruzeiro, Realidade, Mundo Ilustrado e edição histórica do jornal Clarim sobre os 25 anos da Legalidade publicada em 25 de agosto de 1986.

PARA SABER MAIS

A ***Legalidade: último levante gaúcho***, do historiador Joaquim Felizardo (1988)
Nós e a Legalidade, editado pelo Instituto Estadual do Livro, durante o governo Alceu Collares (1991-1994); ***1961 A Crise da renúncia e a solução parlamentarista***, de Amir Labaki (1986); Brizola e a Legalidade, de Anselmo F. Amaral (1986); ***Legalidade, 25 anos – A Resistência Popular que levou Jango ao Poder*** (1986); Reportagem da Legalidade, de Norberto da Silveira (1991); ***A Brigada Militar e a Legalidade, de Antonio Silveira da Silva*** (1989); ***1961 Que as armas não falem***, de Paulo Markun e Duda Hamilton (2001); ***A Rebelião da Legalidade***, de Vivaldo Barbosa (2002); ***Brizola, da Legalidade ao Exílio***, de Dione Kuhn (2004); El Caudillo Leonel Brizola, um perfil biográfico, de FC Leite Filho (2008). E a mais recente publicação, ***Vozes da Legalidade, Política e Imaginário na Era do Rádio***, do jornalista Juremir Machado da Silva (2011).



Mais importante que a renúncia de Jânio foi a reação do povo à tentativa de golpe militar. Isso não pode ser esquecido.

AGENDA DOS LEGALISTAS

No Dia do Soldado

Na agenda do governador, a manhã de sexta-feira, 25, estava dedicada à homenagem ao Dia do Soldado, no Parque da Redenção, ao lado das autoridades militares. Durante o ato, movimento de oficiais junto ao comandante do III Exército, general José Machado Lopes, deixou o governador e seus assessores em alerta.

A saída rápida do militar, resumindo a solenidade, alarmou o governante que, logo em seguida, foi informado pelo secretário de Imprensa, jornalista Hamilton Chaves, da renúncia do presidente Jânio Quadros, já divulgada pela Agência France Press. Brizola vai para o gabinete da presidência da Caixa Econômica Estadual, no centro, onde o jornalista Carlos Contursi também confirma a renúncia. Brizola coloca a Brigada Militar em prontidão e a Polícia Civil de sobreaviso e faz ligações telefônicas para o Rio de Janeiro e Brasília.

Confirmada a gravidade da situação, determina que a BM ocupe pontos estratégicos para a segurança da população, diante do clima de incertezas da situação. A ameaça de golpe era ventilada em diversos setores do país. Por telefone, Brizola faz o primeiro contato com o general Machado Lopes, que confirma a renúncia. Avisa que adotou providências para resguardar a ordem pública e comunica que buscaria novo contato em caso de colaboração de forças federais, nos termos da Constituição.

Golpe de Estado

Já convencido de que estava em curso um golpe de Estado, Leonel Brizola tenta contato telefônico com Jânio Quadros, que estava na Base Aérea de Cumbica, em São Paulo. O Secretário de Imprensa da Presidência da República, jornalista Carlos Castello Branco, confirma a renúncia e Brizola convida Jânio Quadros para que, do Rio Grande do Sul, fizesse uma manifestação à Nação na defesa do seu mandato.

Quadros disse que não havia mais nada a fazer. De Brasília vem a informação do veto dos três ministros militares à posse de João Goulart. Brizola assume a defesa da ordem constitucional e em contato com o general Machado Lopes é informado de que o mesmo permanece com o Exército. A posição do militar em defesa da Legalidade somente se confirmaria três dias depois, na segunda-feira, dia 28. Esse período de indefinição do dirigente do III Exército permitiu a Brizola organizar a resistência, temendo um apoio ao golpe.

Povo nas ruas

No final da tarde, algumas horas depois da renúncia, membros do governo, do partido e deputados lotam o Palácio Piratini e surgem as primeiras manifestações de rua. Brizola faz declarações aos jornalistas e ao povo do andar térreo e permanece em vigília, buscando informações do Rio e de Brasília. Do escritório do governo do Estado na capital federal, os deputados Rui Ramos e Vítor Issler passam informações, via rádio.

Na madrugada, Brizola define sua posição pela defesa intransigente da ordem constitucional e pela investidura de João Goulart na presidência da República, que deveria retornar imediatamente da viagem oficial à China. Decide, ainda, a resistência contra qualquer tentativa de golpe de Estado e buscar apoio do III Exército e seus comandos para que assumam uma posição em defesa da legalidade constitucional; da mesma forma no plano nacional, junto aos demais governadores, chefes militares e líderes políticos.

Protestos e censura

O dia 26 de agosto, sábado, amanheceu com o país em estado de sítio. A imprensa foi censurada pelo governador Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, onde houve violência contra a população e prisões. A posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, às pressas, dia 25, na presidência da República, aumenta as suspeitas de veto à posse do vice-presidente. Houve, de fato, o estabelecimento de uma espécie de junta dos três ministros militares, sob a chefia do marechal Denys, que ditava ordens e assumia as decisões. Brizola retoma os contatos telefônicos: com o governador Carvalho Pinto, de São Paulo, sem interesse em resistir ao golpe; o comandante do II Exército, em São Paulo, disposto a evitar o agravamento da crise; falou, ainda, com o general Costa e Silva, comandante do IV Exército, no Recife, num diálogo ríspido; no Rio de Janeiro, fez contato com o general Amaury Kruel, sem comando, a quem convidou para se deslocar até o Rio Grande do Sul, o que fez dois ou três dias depois, permanecendo incógnito no Palácio Piratini (a ele Brizola pretendia entregar o comando militar da resistência, caso o general Machado Lopes não apoiasse a Legalidade).

No início da noite, o deputado Rui Ramos colocou Brizola em contato com o marechal Teixeira Lott, que transmitiu o manifesto em defesa da ordem e da Constituição. O documento foi imediatamente divulgado, e as emissoras de rádio que o transmitiram foram silenciadas pelo III Exército. Apenas a Rádio Guaíba, que não divulgou o manifesto, permanecia no ar. A tensão foi aumentando, todos os contingentes da BM da capital e região Metropolitana estavam nos arredores do Palácio Piratini e da Praça da Matriz, as torres da Catedral foram ocupadas com ninhos de metralhadoras e sacos de areia pelo Regimento Bento Gonçalves.

Rede da Legalidade

Alertado pelo jornalista Hamilton Chaves sobre o fechamento das rádios e o risco de isolamento, Brizola assinou ato solicitando a requisição da Rádio Guaíba. À BM foi determinado que deslocasse forças até as torres da emissora, na Ilha da Pintada, com reforço do Corpo de Bombeiros. O engenheiro Homero Simon, técnico da rádio, levou os microfones até os porões do Palácio Piratini e, em pouco mais de uma hora, estava instalada a Rede da Legalidade, que iniciou as transmissões às 14h23min e durante 11 dias, de 27 de agosto a 7 de setembro, manteve a população informada através de uma rede constituída por mais de 104 emissoras. Os locutores se alternavam, como Norberto Silveira e Naldo Charão de Freitas, que chegou a ficar 18 horas ininterruptas ao microfone, lembra Carlos Bastos, que fez parte do grupo de jornalistas que ficaram dias e noites no Palácio envolvidos com os eletrizantes episódios.

Auxiliou o jornalista Flávio Tavares, dos porões do palácio, na edição extra do domingo, 27 de agosto, do jornal Última Hora, cuja manchete "Golpe contra Jango" posicionou a publicação ao lado da Legalidade. Foi sugestão do próprio Brizola a tiragem extra, na madrugada. Através das ondas curtas, os boletins eram transmitidos em português, espanhol, inglês, francês, russo e até em árabe. "Não temos armas na cintura e muito menos nas nossas costas. Nossa arma é a pena e a nossa tribuna é a Rede da Legalidade. Somos todos voluntários", se alternavam os locutores, que não seguiam uma programação regular e usavam marchas militares, conclamações e notícias, porque os discursos eram reservados apenas ao governador. Na madrugada, num sistema denominado Ponte da Amizade, no modelo dos avisos para a zona rural, os locutores transmitiam recados a amigos ou familiares para que se alinhassem na luta.

Tropas em movimento

Aconselhado pelo marechal Lott, Brizola enviou num avião monomotor um professor e coronel do Exército até Santiago do Boqueirão, para um contato com o general nacionalista Oromar Osório, que já deslocava tropas e solicitava com urgência 11 trens e 200 caminhões, prontamente fornecidos, e o militar atingiu, nos dias seguintes, o estado do Paraná. "Atuou com a mobilidade do general Patton na II Guerra Mundial", definiu Brizola, anos mais tarde. Outro contato sugerido pelo marechal Lott foi com o general Peri Bevilaqua, em Santa Maria, que se deslocava para Porto Alegre, convocado pelo III Exército.

A surpreendente mobilização do povo em Porto Alegre e em todas as cidades, grandes e pequenas, com a formação dos Centros de Resistência e Voluntariado, mostrou a unidade pela Legalidade. De outros estados vieram inúmeros brasileiros, voluntários para a luta. A posição do III Exército preocupava, mas a decisão pela resistência era irreversível. O Rio Grande do Sul ficou sem comunicação com o restante do país e com o vice-presidente, João Goulart, que iniciou retorno usando estratégias de segurança, pois a ordem nos aeroportos era prendê-lo. Correspondentes estrangeiros chegavam a Porto Alegre, pelo Uruguai.

Bombardeio do palácio

Foi na madrugada de segunda-feira, 28, que o governador tomou conhecimento de operações militares contra o Rio Grande do Sul. Através do radioamador João Carlos Guaragna, Brizola foi avisado de uma comunicação do general Orlando Geisel com o III Exército, por ordem do marechal Denys, determinando que "fosse o governo do Rio Grande do Sul compelido ao silêncio, com o emprego da força e do bombardeio pela Aviação, se necessário". Através de um telefonema, na manhã de segunda-feira, Machado Lopes solicitou audiência às 12h com Brizola.

Acreditando que se tratava de um ultimato e convencido de que deveria resistir, o governador deslocou-se até os porões do palácio, metralhadora INA no ombro, acompanhado do subchefe da Casa Militar, major Emílio Neme. Nos corredores foi informado por alguns jornalistas que o III Exército poderia aderir ao movimento legalista.

Orientado por Homero Simon, Brizola fez um discurso de improviso, "sob forte tensão", conforme relatou nas comemorações dos 25 anos da Legalidade. Reafirmou a convicção da resistência e detalhou as determinações militares contra o Rio Grande do Sul, inclusive a ordem de bombardeio, envio de uma força-tarefa da Marinha de Guerra e, portanto, do agravamento da crise. Fez mais um apelo ao comandante do III Exército e pediu que as crianças fossem retiradas da área central. Afirmou que resistiria até o fim. A transmissão da Rede da Legalidade, nesse momento, ganhou a adesão de diversas pequenas emissoras, garantindo o alcance do discurso nos pontos mais distantes do país.

Valentia dos sargentos

Na Base Aérea de Canoas, contrariando determinações dos militares, os aviões foram impedidos de voar por um grupo de sargentos, que esvaziaram os pneus das aeronaves. A sublevação foi liderada pelos sargentos e suboficiais depois de recebida a ordem de voos rasantes sobre o Piratini.

"Autorizado efetuar voos de intimidação sobre o palácio", foi a ordem expedida na madrugada do dia 28 pelo Estado-Maior da Aeronáutica, mas a mensagem captada pelo radioamador chegou ao conhecimento de Brizola e da multidão que, nessa altura, não arredava pé da praça.

O Piratini ficou às escuras, para dificultar a identificação do alvo pelos pilotos. A determinação era voos de intimidação e, caso Brizola não parasse com as pregações, a ordem era de bombardear o palácio. Os 12 caças Gloster Meteor do 1º Esquadrão do 14º Grupo de Aviação, encarregados da missão, aguardavam no hangar com bombas e munição para os canhões "para pulverizar o palácio do governo", conforme relato do oficial da Aeronáutica Oswaldo França, no livro A Rebelião da Legalidade, de Vivaldo Barbosa . Os sargentos do esquadrão entraram no hangar, esvaziaram os pneus e colocaram sacos de areia na pista de decolagem. Houve princípio de tumulto entre os oficiais, e os sargentos aprisionados somente foram libertados no dia seguinte, 29, pelas tropas do III Exército. Na capa da Última Hora, nova manchete: "Sargentos da FAB impediram ontem o bombardeio do Palácio Piratini".

Durante a ameaça de bombardeio, Indio Vargas permaneceu no Piratini, pois, conforme relata, "não acreditava que fosse acontecer". Lembra de Brizola armado com a metralhadora circulando pelo Palácio, "numa demonstração de disposição para o confronto". Na sua opinião, a Legalidade foi a maior causa defendida por Brizola.

A adesão de Machado Lopes

O encontro com o Comandante do III Exército, na segunda-feira, dia 28, saiu no horário agendado. A entrada do palácio estava cercada pelo povo, que começou a cantar o Hino Nacional, e o militar cantou junto. Foi a senha para o que se confirmou no andar superior da sede do governo. Sentados na mesma mesa e sem se falar desde o telefonema do dia 25, de imediato Machado Lopes disse a Brizola que o III Exército só aceitava solução para a crise dentro da Constituição.

O governador se levantou, apertou a mão do general, entregou-lhe o comando da Brigada Militar e juntos foram até a sacada do palácio, onde a decisão foi anunciada e levou ao delírio as 50 mil pessoas que lá estavam em vigília. Estava selada a unidade cívico-militar da Legalidade.

A partir daí, aumentou a resistência em todo o país. As mensagens da Rede da Legalidade eram sintonizadas em todo o Brasil e no exterior. Em edição extra o jornal Última Hora informa: "III Exército aderiu a Brizola!"

De Cuba, Fidel Castro mandou mensagem para o governador. Em Brasília, na sessão plenária da Câmara dos Deputados, às 14h, alternam-se os discursos sob o impacto da adesão militar no Sul. Às 20h30min, é lido o comunicado do presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, de veto dos ministros militares à posse de João Goulart. Através da Rádio da Legalidade, Brasília é informada de que Rio Grande do Sul não estão mais sob as ordens do Ministério da Guerra. Rui Ramos e Wilson Vargas planejam prender Denys; o Congresso aprova moção pedindo liberdade para o marechal Lott; as comunicações com o exterior são censuradas, gerando protestos das embaixadas; as vendas de câmbio são suspensas; Argentina, Inglaterra e Estados Unidos pedem explicações sobre a renúncia de Jânio.

Armas e munição

Um dia depois que estourou a crise, Brizola requisitou todos os estoques de armas de Porto Alegre e à Taurus, indústria gaúcha de revólveres, pediu o aumento da produção. Ordenou a distribuição de dois mil revólveres calibre 38 pela Brigada Militar, cada um com uma caixa de balas, mediante assinatura de um recibo. Mais de 100 mil pessoas já estavam em frente ao Palácio. O recrutamento foi montado no pavilhão de exposições da avenida Borges de Medeiros, o "Mata-Borrão"; barricadas protegiam o Palácio Piratini; operários e estudantes derrubaram bancos e montaram barricadas na frente do palácio. De todos os lados da cidade, a população se apresenta disposta a lutar. Os alistamentos não param de crescer. As aulas são suspensas.

Apoio em Goiás

O governador Mauro Borges (PSD), de Goiás, no Centro-Oeste do país, foi o primeiro apoio nos estados. Assim que soube da renúncia de Jânio, o tenente-coronel do Exército mobilizou as forças estaduais. Enquanto Brizola buscava apoio junto aos demais governadores, Borges convocou o povo através de rádios e jornais e quando a Rede da Legalidade foi formada, dia 27 de agosto, a Rádio Brasil Central transmitiu o manifesto de Mauro Borges, lido por Brizola, destacando a "resistência legalista, democrática e patriótica" dos goianos. Essa façanha resultou na ocupação da rádio pela Polícia Militar, mas Borges assumiu o comando da emissora.

O governador chegou a traçar um plano para o desembarque de João Goulart em Goiânia e mandou construir uma pista de pouso. Mesmo com poucos homens no Exército, mobilizou 40 mil voluntários, distribuiu armas e organizou cursos de guerrilha.

As mulheres da Legalidade formaram o batalhão Maria Quitéria. Houve até a sugestão de transferência do Senado e da Câmara Federal de Brasília para Goiânia, com a ameaça de fechamento do Congresso. Mais tarde, outros governadores aderiram, menos o conservador Carlos Lacerda (UDN), que promoveu prisões e censura aos jornais na Guanabara. Em Curitiba, houve a retransmissão da Rede da Legalidade através da prefeitura e da Assembleia Legislativa. O governador do Piauí, Chagas Rodrigues, foi preso ao apoiar a posse de João Goulart.

No quarto dia da crise, 29 de agosto, terça-feira, os bancos fecham, os Comitês pela Legalidade alistam centenas de voluntários. Os estudantes tomam as ruas em passeatas, artistas e intelectuais, reunidos no Teatro de Equipe, suspendem as sessões e aderem ao movimento; a Carris organiza batalhões voluntários e os tranviários (funcionários dos bondes elétricos que circulavam na capital, naquela época, profissão que desapareceu) lideram grupos da categoria; a população de Canoas se alista em Porto Alegre; em Novo Hamburgo, empregados e patrões unem-se contra o golpe; sindicatos de Caxias do Sul e em diversas cidades aderem em massa.

O governo emite moeda, as "brizoletas", para fazer frente à escassez de dinheiro circulante, recolhido dos bancos pelo governo central. Em Brasília, a Câmara dos Deputados reflete a tensão no Sul: na sessão noturna, o deputado Rui Ramos comunica denúncia de Brizola sobre a ordem da Marinha para bombardear o porto de Rio Grande. O parlamentarismo entra nas discussões plenárias.

Comando Militar da Legalidade

Leonel Brizola, muitos anos mais tarde, sempre fazia referência ao apoio popular que as tropas recebiam à medida que avançavam das posições do Sul em direção ao centro do país. Com as estradas de ferro dominadas pelo governo legalista, "quando as tropas que vinham da fronteira chegavam nas estações de trem, a população corria para acenar, levar comida, abraçar os bravos brasileiros", Brizola costumava relembrar em suas palestras sobre a Legalidade na sede do PDT. À frente o general de divisão Oromar Osório, da 1ª Divisão de Cavalaria, que nas primeiras horas da crise assumiu a Legalidade e partiu de Santiago em direção a Santa Catarina com 11 trens e 200 caminhões, com apoio logístico do governador.

"Ele foi o nosso general Patton", gostava de elogiar Brizola, referindo-se ao comandante das tropas americanas que na II Guerra Mundial cruzou a Europa e libertou mais de 12 mil cidades. Quem conta é o professor Antônio de Pádua Ferreira, 89 anos, fundador da Ala Moça do PTB em 1945 e um dos articuladores e presidente do Movimento Nacionalista, cuja penetração no meio militar foi muito expressiva.

Foi nessa condição e de maneira informal que, no auge

da crise, estabelecia contatos com elementos do III Exército. "Brizola fazia ligações reservadas de um telefone que instalou acima do seu gabinete, cujo acesso só era possível por uma rústica escada circular", lembra o atual membro do Diretório Regional do PDT.

"Por sua iniciativa, Brizola estabeleceu linha telefônica com o general de divisão Peri Constant Bevilaqua, comandante da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI), em Santa Maria". Pádua chegou a ser preso mais de uma vez, depois do golpe de 64, era continuamente seguido pelas ruas de Porto Alegre e teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Redigiu, juntamente com Brizola, o documento-base de formação do Grupo dos Onze.

As tropas do general de brigada Oromar Osório, comandante da 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC), em Santiago, foram até Ourinhos, na fronteira entre Paraná e São Paulo, próximo de Itararé, onde as forças revolucionárias de 1930 estacionaram, esperando por uma luta com os paulistas que não aconteceu. As forças militares no Paraná, através do comando da 5ª Zona Militar, controlaram o estado na ocupação de pontos estratégicos da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, inclusive o porto de Paranaguá, guarnecendo também a divisa com São Paulo. O 5º Distrito Naval, em Florianópolis, hospedou os dissidentes do III Exército. Tropas do marechal Odílio Denys, Ministro da Guerra, marcham contra o Rio Grande do Sul. Essa era a situação no quinto dia, 30 de agosto, quarta-feira.

Estratégia

As tropas do III Exército preparam-se para invadir São Paulo. Batalhões operários organizados pelos sindicatos estão em prontidão para a luta. O general Machado Lopes determinou a obstrução da barra do Rio Grande; deslocou um destacamento misto, comandado pelo general Sylvio Américo Santa Rosa, e do 1º Batalhão de Operações da Brigada Militar, sob o comando do major Heraclides Tarragô, para o litoral, a fim de barrar qualquer ação da Marinha de Guerra; a 1ª Divisão de Cavalaria avança em direção a Ourinhos, e a vanguarda atinge Ponta Grossa; logo atrás, a 2ª DC; a 3ª DC estava em reserva; a 3ª Divisão de Infantaria estava pronta para se deslocar para a região de Curitiba; a 5ª DI se posiciona na fronteira de São Paulo; a 6ª DI em Vacaria; os batalhões ferroviários e rodoviários assumem como batalhões de engenharia de combate; a Brigada Militar mantém a ordem pública; há previsão de combustível para 30 dias; "não nos preocupam os víveres", finaliza Machado Lopes em seu comunicado no dia 30, sobre a situação militar. Para um eventual combate, o general traçou a geografia do ataque em São Paulo:

Curitiba – Registro – São Paulo (BR-116)
Curitiba – Ribeira – Capão Bonito – São Paulo (BR-373)
Ourinhos – Sorocaba – São Paulo

O Congresso continua as discussões sobre a emenda parlamentarista e Machado Lopes é destituído do comando do III Exército. O ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, nomeia o general Cordeiro de Farias para substituir Machado Lopes, que ameaça prendê-lo caso pise em solo gaúcho. Os ministros militares fazem nova manifestação contra a posse de Jango e tropas golpistas rumam em direção ao Sul. O Sudeste do país sai às ruas pela Legalidade.

O governador Carlos Lacerda prende e censura jornais no Rio de Janeiro. Generais contrários aos ministros golpistas articulam com sucesso nos círculos militares apoio à emenda parlamentarista. Os fuzileiros navais ocupam Laguna e Imbituba, em Santa Catarina, mas Machado Lopes contesta a ocupação. No Mata-Borrão, o deputado fluminense Tenório Cavalcanti se alista como voluntário.

Da Assembleia Legislativa, parte comissão de 16 deputados para Brasília e o avião é detido na base aérea de Brasília por tropas do Ministério da Aeronáutica. Nesse voo estava o deputado Ney Ortiz Borges, na época exercendo o primeiro mandato como deputado estadual na expressiva bancada de 24 parlamentares trabalhistas. Foi sugestão dele que a comissão de deputados levasse uma nota pedindo a renúncia de Ranieri Mazzilli. Aos 85 anos e militante ativo do PDT, Ney Ortiz recorda do ambiente no antigo casarão ao lado do Piratini, "instalamos uma sessão permanente para acompanhar os acontecimentos, pouco depois das 14h do dia 25. Ficamos em vigília, fazíamos discursos um atrás do outro e até votamos alguns projetos durante aqueles dias, mas a atenção toda estava voltada para o Palácio", revelou o deputado que, mais tarde, foi o líder do governo João Goulart na Câmara Federal.

Militante da Ala Moça desde 1946, Ney Ortiz foi com outros parlamentares em busca de armas na fábrica Rossi, em São Leopoldo. "O clima era de guerra e se fosse preciso, usaríamos as armas", conta o ex-cassado político na primeira leva dos atos institucionais da ditadura. Advogado militante, Ney Ortiz Borges exibe invejável disposição para a política. É membro do Diretório Regional do PDT e percorre o interior nas caravanas partidárias, ao lado do professor Pádua Ferreira.

Jango volta e assume

As atenções dos legalistas, no dia 31, quinta-feira, se concentraram nos movimentos de Jango às margens do Rio da Prata, onde chegou depois de cinco dias em arriscados voos que o levaram de Cingapura a Zurique, Paris, Nova Iorque, Buenos Aires e finalmente Montevidéu. Brizola alertava pelo rádio que o Congresso "estava sob coação" para aprovar o parlamentarismo e ameaçava passar da "resistência à revolução". Preocupado com a segurança de Jango, organizou um batalhão de jornalistas para buscá-lo na capital uruguaia e designou o advogado Ajadil de Lemos, da sua confiança, para conversar com Jango.

O grupo de jornalistas foi a maneira de implodir a Operação Mosquito, arquitetada por oficiais da Aeronáutica para derrubar o avião presidencial. Havia uma semana da crise, na manhã do dia 1 de setembro, sexta-feira, João Goulart debate na Embaixada brasileira com o ex-ministro e deputado Tancredo Neves a adoção do parlamentarismo. Antes, conversa reservadamente com Ajadil de Lemos. Jango combina com Brizola, por telefone, que Tancredo passará em Porto Alegre, antes do retorno à capital federal.

A ideia de Brizola era prender Tancredo para interromper as negociações. Mas o mineiro voou direto para Brasília, onde anunciou que Jango aceitava o parlamentarismo. Telefonemas de Jango para Brasília acertam a posse para o dia 4 de setembro. Jango volta para o Brasil num arriscado voo com as luzes apagadas. Para despistar os inimigos, Brizola mandou um grupo de cavalarianos esperá-lo em via rodoviária, nas proximidades da capital. Um pouco antes das 20h, o governador se desloca até o aeroporto Salgado Filho para receber Jango, que desembarca de um avião Caravelle, da Varig, às 20h35min. A Rádio da Legalidade anuncia a chegada "do dr. João Goulart, o presidente da República".

Na Praça da Matriz, 100 mil pessoas o aguardam numa impressionante manifestação de alegria e entusiasmo. Às 21h Jango chega à sacada do palácio, ao lado de Brizola e Machado Lopes. Acena e agradece, mas não fala. Está afastada a possibilidade de guerra civil. Jango permanece até o dia 5 de setembro na cidade.

A emenda parlamentarista foi aprovada pelo Congresso na madrugada do dia 2 de setembro. Brizola diz que a emenda é uma violação à Constituição e defende que o III Exército, a Brigada Militar e corpos de voluntários avancem em direção ao centro do país. Reunido com Jango, tenta convencê-lo a rejeitar a posse com poderes limitados, convencido que poderia repetir a marcha da Revolução de 30, com tropas civis e militares saindo do Rio Grande do Sul em direção a Brasília.

De nada adiantou. Jango passou o sábado em contatos telefônicos e Brizola, no meio da tarde, avisa ao cunhado: "Jango, segue o teu destino que eu vou seguir o meu". No começo da noite, o Senado aprova a emenda em segundo turno. Manifestações populares de inconformidade explodem por todos os lados. A Praça da Matriz virou um caldeirão, todos querem uma explicação de Jango. A indignação toma conta dos jornalistas que estavam ao lado da Legalidade. Foi só no final da noite que João Goulart fez uma breve manifestação. Na mensagem ao povo brasileiro, compromete-se com o cumprimento da Constituição, "sem ódios ou ressentimentos" e disposto a preservar a ordem legal.

"Que Deus me ilumine, que o povo me ajude e que as armas não falem", encerrou a expectativa popular. A partir daquele momento, Jango passou a tratar dos preparativos para a formação do seu governo. A posse, prevista para o dia 4, foi transferida, pois o clima na Aeronáutica ainda era ameaçador e havia indícios de que a Operação Mosquito seria acionada. Jango deixa Porto Alegre na terça-feira, dia 5, para ser empossado presidente da República dia 7 de setembro, às 15h30min.

O PRIMEIRO AVISO INDIGNADO

"O Governo do Estado do Rio Grande do Sul cumpre o dever de assumir o papel que lhe cabe nesta hora grave da vida do país. Cumpre-nos reafirmar nossa inalterável posição ao lado da Legalidade constitucional. Não pactuaremos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra as liberdades públicas. Se o atual regime não satisfaz, em muitos de seus aspectos, desejamos é o seu aprimoramento e não sua supressão, o que representaria uma regressão e o obscurantismo. A renúncia de Sua Excelência, o presidente Jânio Quadros, veio surpreender a todos nós. A mensagem que Sua Excelência dirigiu ao povo brasileiro contém graves denúncias sobre pressões de grupos, inclusive do exterior, que indispensavelmente precisam ser esclarecidas. Uma nação que preza a sua soberania não pode conformar-se passivamente com a renúncia do seu mais alto magistrado sem uma completa elucidação desses fatos. A comunicação do Sr. ministro da Justiça apenas notifica o Governo do Estado da renúncia do Sr. presidente da República. Por motivo dos acontecimentos, como se propunha, o Governo deste Estado dirigiu-se à Sua Excelência, o Sr. vice-presidente da República, Dr. João Goulart, pedindo seu regresso urgente ao país, o que deverá ocorrer nas próximas horas. O ambiente no Estado é de ordem. O Governo do Estado, atento a esta grave emergência, vem tomando todas as medidas de sua responsabilidade, mantendo-se, inclusive, em permanente contato e entendimento com as autoridades militares federais. O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E o seu governo, instituído pelo voto popular – confiem os rio-grandenses e os nossos irmãos de todo o Brasil –, não desmentirá estas tradições e saberá cumprir o seu dever."

(Sacada do Palácio Piratini, madrugada de 27 de agosto de 1961)

Brizola anuncia resistir até a morte

Microfone e metralhadora

Antes do encontro com o comandante do III Exército, general Machado Lopes, às 11h do dia 28, segunda-feira, o governador Leonel Brizola manifestou-se através dos microfones da Rede da Legalidade, dos porões do palácio, durante 50 minutos, em apelo dramático à resistência e detalhando a ameaça de ataque das forças militares. Estava preparado para uma negativa de apoio do militar e pretendia prendê-lo.

"Peço a vossa atenção para as comunicações que vou fazer. Muita atenção. Atenção, povo de Porto Alegre! Atenção, Rio Grande do Sul! Atenção, Brasil! Atenção, meus patrícios, democratas e independentes, atenção para estas minhas palavras! Em primeiro lugar, nenhuma escola deve funcionar em Porto Alegre. Fechem todas as escolas. Se alguma estiver aberta, fechem e mandem as crianças para junto de seus pais. Tudo em ordem. Tudo em calma. Tudo com serenidade e frieza. Mas mandem as crianças para casa. Quanto ao trabalho, é uma iniciativa que cada um deve tomar, de acordo com o que julgar conveniente. Quanto às repartições públicas estaduais, nada há de anormal. Os serviços públicos terão o seu início normal, e os funcionários devem comparecer como habitualmente, muito embora o Estado vá tolerar qualquer falta que, porventura, se verificar no dia de hoje."

Palácio é uma Cidadela

"Hoje, nesta minha alocução, tenho os fatos mais graves a revelar. **O Palácio Piratini, meus patrícios, está aqui transformado em uma cidadela, que há de ser heroica; uma cidadela da liberdade, dos direitos humanos; uma cidadela da civilização, da ordem jurídica; uma cidadela contra a violência, contra o absolutismo, contra os atos dos senhores, dos prepotentes.** No Palácio Piratini, além da minha família e de alguns servidores civis e militares do meu gabinete, há um número bastante apreciável, mas apenas daqueles que nós julgamos indispensáveis ao funcionamento dos serviços da sede do Governo. Mas todos os que aqui se encontram estão de livre e espontânea vontade, como também grande número de amigos que aqui passou a noite conosco e retirou-se, hoje, por nossa imposição. Aqui se encontram os contingentes que julgamos necessários, da gloriosa Brigada Militar – o Regimento Bento Gonçalves e outras forças. Reunimos aqui o armamento de que dispúnhamos. Não é muito, mas também não é pouco para aqui ficarmos preocupados frente aos acontecimentos.

Queria que os meus patrícios do Rio Grande e toda a população de Porto Alegre, todos os meus conterrâneos do Brasil, todos os soldados da minha terra querida pudessem ver com seus olhos o espetáculo que se oferece. Aqui nos encontramos e falamos por esta estação de rádio, que foi requisitada para o serviço de comunicação, a fim de manter a população informada e, com isso, auxiliar a paz e a manutenção da ordem. Falamos aqui do serviço de imprensa. Estamos rodeados por jornalistas, que teimam, também, em não se retirar, pedindo armas e elementos necessários para que cada um tenha oportunidade de ser também um voluntário, em defesa da Legalidade."

"Não pretendemos nos submeter"

"Esta é a situação! Fatos os mais sérios quero levar ao conhecimento dos meus patrícios de todo o país, da América Latina e de todo o mundo. Primeiro: ao me sentar aqui, vindo diretamente da residência, onde me encontrava com minha família, acabava de receber a comunicação de que o ilustre general Machado Lopes, soldado do qual tenho a melhor impressão, me solicitou audiência para um entendimento. Já transmiti, aqui mesmo, antes de iniciar minha palestra, que logo a seguir receberei S. Exa. com muito prazer, porque a discussão e o exame dos problemas é o meio que os homens civilizados utilizam para solucionar os problemas e as crises. Mas pode ser que essa palestra não signifique uma simples visita de amigo. Que essa palestra não seja uma aliança entre o poder militar e o poder civil, para a defesa da ordem constitucional, do direito e da paz como se impõe neste momento, como defesa do povo, dos que trabalham e dos que produzem, dos estudantes e dos professores, dos juízes e dos agricultores, da família. Todos, até as nossas crianças, desejam que o poder militar e o poder civil se identifiquem nesta hora para vivermos na legalidade. Pode significar, também, uma comunicação ao Governo do Estado da sua deposição. Quero vos dizer que será possível que eu não tenha oportunidade de falar-vos mais, que eu nem deste serviço possa me dirigir mais, comunicando esclarecim**entos à população. Porque é natural que, se ocorrer a eventualidade do ultimato, ocorrerão, também, consequências muito sérias. Porque nós não nos submeteremos a nenhum golpe, a nenhuma resolução arbitrária. Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem neste Palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo.** Esta rádio será silenciada tanto aqui como nos transmissores. O certo, porém, é que não será silenciada sem balas. Tanto aqui como nos transmissores, estamos guardados por fortes contingentes da Brigada Militar. Assim, meus amigos, meus conterrâneos e patrícios ficarão sabendo por que esta rádio silenciou-se. Foi porque ela foi atingida pela destruição e porque isso ocorreu contra a nossa vontade. E quero vos dizer por que penso que chegamos a viver horas decisivas."

Golpistas contra Jango

"Muita atenção, meus conterrâneos, para esta comunicação. Ontem à noite, o Sr. ministro da Guerra, marechal Odylio Denys, soldado no fim de sua carreira, com mais de 70 anos de idade, e que está adotando decisões das mais graves, as mais desatinadas, declarou através do 'Repórter Esso' que não concorda com a posse do Sr. João Goulart, que não concorda que o presidente constitucional do Brasil exerça suas funções legais! Porque, diz ele numa argumentação pueril e inaceitável, isso significa uma opção entre comunismo ou não. Isso é pueril, meus conterrâneos. Isso é pueril, meus patrícios! Não nos encontramos nesse dilema. Que vão essas ou aquelas doutrinas para onde quiserem. Não nos encontramos entre uma submissão à União Soviética ou aos Estados Unidos. Tenho uma posição inequívoca sobre isso. Mas tenho aquilo que falta a muitos anticomunistas exaltados deste país, que é a coragem de dizer que os Estados Unidos da América, protegendo seus monopólios e trustes, vão espoliando e explorando esta Nação sofrida e miserabilizada. **Penso com independência. Não penso ao lado dos russos ou dos americanos. Penso pelo Brasil e pela República. Queremos um Brasil forte e independente.** Não um Brasil escravo dos militaristas e dos trustes e monopólios norte-americanos. Nada temos com os russos. Mas nada temos também com os

americanos, que espoliam e mantêm nossa Pátria na pobreza, no analfabetismo e na miséria. Esses que muito elogiam a estratégia norte-americana querem submeter nosso povo a esse processo de esmagamento. Mas isso foi dito pelo ministro da Guerra. Isso quer dizer que S. Exa. tomará todas as medidas contra o Rio Grande. Estou informado de que todos os aeroportos do Brasil, onde pousam aviões internacionais de grande porte, estão guarnecidos e com ordem de prender o Sr. João Goulart no momento da descida. Há pouco falei, pelo telefone, com o Sr. João Goulart em Paris, e disse a ele que todas as nossas palestras de ontem foram censuradas. Tenho provas. Censuradas nos seus efeitos, mas a rigor. A companhia norte-americana dos telefones deve ter gravado e transmitido os termos de nossas conversas para essas forças de segurança. Hoje eu disse ao Sr. João Goulart: 'Decides de acordo com o que julgares conveniente. Ou deves voar, como eu aconselho, para Brasília, ou para um ponto qualquer da América Latina. A decisão é tua! Deves vir diretamente a Brasília, correr o risco e pagar para ver. Vem. Toma um dos teus filhos nos braços. Desce sem revólver na cintura, como um homem civilizado. Vem como para um país culto e politizado como é o Brasil, e não como se viesse para uma republiqueta, onde dominam os caudilhos, as oligarquias que se consideram todo-poderosas. Voa para o Uruguai, então, essa cidadela da liberdade, aqui pertinho de nós, e aqui traça os teus planos, como julgares conveniente."

"Atitude contra o sentimento da Nação"

"Vejam, meus conterrâneos, se não é loucura a decisão do ministro da Guerra. Vejam, soldados do Brasil, soldados do III Exército! Comandante, general Machado Lopes! Oficiais, sargentos e praças do III Exército, guardiães da ordem da nossa Pátria. Vejam se não é loucura. Esse homem está doente! Esse homem está sofrendo de arteriosclerose ou outra coisa. A atitude do marechal Odylio Denys é uma atitude contra o sentimento da Nação. Contra os estudantes e intelectuais, contra o povo, contra os trabalhadores, contra os professores, juízes, contra a Igreja. Ainda há pouco, conversando com S. Exª. Revª. Arcebispo D. Vicente Scherer, recebi a comunicação de que todos os cardeais do Brasil haviam decidido lançar proclamação pela paz, pela ordem legal, pela posse a quem constitucionalmente cabe governar o Brasil, pelo voto legítimo de seu povo. Essa proclamação está em curso pelo país. As Igrejas protestantes, todas as seitas religiosas clamam por paz, pela ordem legal. Não é a ordem do cemitério ou a ordem dos bandidos. Queremos ordem civilizada, ordem jurídica, a ordem do respeito humano. É isso. Vejam se não é desatino. Vejam se não é loucura o que vão fazer. Podem nos esmagar, num dado momento. Jogarão o país no caos. Ninguém os respeitará. Ninguém terá confiança nesta autoridade que será imposta, delegada de uma ditadura. Ninguém impedirá que este país, por todos os seus meios, se

levante lutando pelo poder. Nas cidades do interior, surgirão as guerrilhas para defesa da honra e da dignidade, contra o que um louco e desatinado está querendo impor à família brasileira. Mas confio, ainda, que um homem como o general Machado Lopes, que é soldado, um homem que vive de seus deveres, como centenas, milhares de oficiais do Exército, como esta sargentada humilde, sabe que isso é uma loucura e um desatino e que cumpre salvar nossa Pátria. **Tenho motivos para vos falar desta forma, vivendo a emoção deste momento, que talvez seja, para mim, a última oportunidade de me dirigir aos meus conterrâneos. Não aceitarei qualquer imposição.** Desde ontem organizamos um serviço de captação de notícias por todo o território nacional. É uma rede de radioamadores, num serviço organizado. Passamos a captar, aqui, as mensagens trocadas, mesmo em código e por teletipos, entre o III Exército e o Ministério da Guerra. As mais graves revelações quero vos transmitir. Ontem, por exemplo - vou ler rapidamente, porque talvez isso provoque a destruição desta rádio -, o ministro da Guerra considerava que a preservação da ordem 'só interessa ao governador Brizola'. Então, o Exército é agente da desordem, soldados do Brasil? E outra prova da loucura! Diz o texto: 'É necessário a firmeza do III Exército para que não cresça a força do inimigo potencial." Eu sou o inimigo, meus conterrâneos? Estou sendo considerado inimigo, meus patrícios, quando só o que queremos é ordem e paz. Assim como esta, uma série de outras rádios foi captada até no estado do Paraná, e aqui as recebemos por telefone, de toda a parte. Mais de cem pessoas telefonaram e confirmaram. Vejam o que diz o general Orlando Geisel, de ordem do marechal Odylio Denys, ao III Exército: 'Deve o Comandante do III Exército impedir a ação que vem desenvolvendo o go-

vernador Brizola'; 'deve promover o deslocamento de tropas e outras medidas que tratam de restituir o respeito ao Exército'; 'o III Exército deve agir com a máxima urgência e presteza'; 'faça convergir contra Porto Alegre toda a tropa do Rio Grande do Sul que julgar conveniente'; 'a Aeronáutica deve realizar o bombardeio, se for necessário'; 'está a caminho do Rio Grande uma força-tarefa da Marinha de Guerra', e 'mande dizer qual o reforço de que precisa'. Diz mais o general Geisel: 'Insisto que a gravidade da situação nacional decorre, ainda, da situação do Rio Grande do Sul, por não terem, ainda, sido cumpridas as ordens enviadas para coibir ação do governador Brizola. Era isto, meus conterrâneos. Estamos aqui prestes a sofrer a destruição. **Devem convergir sobre nós forças militares para nos destruir, segundo determinação do ministro da Guerra. Mas tenho confiança no cumprimento do dever dos soldados, oficiais e sargentos, especialmente do general Machado Lopes, que, esperamos, não decepcionará a opinião gaúcha.** Assuma, aqui, o papel histórico que lhe cabe. Imponha ordem neste país. Que não se intimide ante os atos de banditismo e vandalismo, ante esse crime contra a população civil, contra as autoridades. É uma loucura.".

Resistiremos até o fim

"Povo de Porto Alegre, meus amigos do Rio Grande do Sul! Não desejo sacrificar ninguém, mas venham para a frente deste Palácio, numa demonstração de protesto contra essa loucura e esse desatino. Venham, e se eles quiserem cometer essa chacina, retirem-se, mas eu não me retirarei e aqui ficarei até o fim. Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. Eu, a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa. Ficará o nosso protesto, lavando a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que vida sem honra, sem dignidade e sem glória. Aqui ficaremos até o fim. Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem essas armas contra este povo. Já fomos dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo! Um abraço, meu povo querido! Se não puder falar mais, será porque não me foi possível! Todos sabem o que estou fazendo! Adeus, meu Rio Grande querido! Pode ser este, realmente, o nosso adeus! Mas aqui estaremos para cumprir o nosso dever."

NA DEFESA DO LITORAL

A 6ª Divisão de Infantaria, comandada pelo general Sylvio Américo Santa Rosa, cuja área de atuação abrangia também o litoral, deslocou tropas para bloquear o avanço do inimigo nas linhas dos rios Uruguai, Pelotas e Mampituba.

O 19º Regimento de Infantaria foi deslocado para Caxias do Sul, responsável pela linha dos rios Pelotas e Uruguai. Ao lado da força federal, o 1º Batalhão de Operações da Brigada Militar, comandado por Heraclides Tarragô, deslocou 612 homens e 19 civis de Porto Alegre, no dia 2 de setembro, até Osório.

Também na operação, a 3ª Companhia, procedente do 4º BP, de Montenegro, sob o comando do capitão Sumerval Silveira. O capitão Odilon Alves Chaves, oficial de operações do batalhão e comandante da Companhia de Petrechos pesados, responsável pela instrução militar, completava a linha de frente do comando legalista.

A BM, por ser uma força militar estadual, deveria permanecer nos limites do território gaúcho. Em Torres, estava o 18º Regimento de Infantaria na linha do Mampituba, em condições de avançar sobre Santa Catarina.

A chegada de João Goulart dia 1º de setembro em Porto Alegre e o avanço das negociações pelo parlamentarismo não desarmou os ânimos militares. Durante oito dias, até 10 de setembro, os homens do exército e da força militar aguardaram o ataque inimigo, que não veio.

Na espera, surgiu a "lenda do mar grosso", diante da possível presença de inúmeros fuzileiros navais contidos pela fúria das ondas oceânicas e temerosos do enfrentamento com as forças legalistas.

Durante os 13 dias da Legalidade, o comandante do Regimento Bento Gonçalves, coronel Átila Escobar, cuidou da guarda externa do Palácio Piratini e dos arredores da Praça da Matriz, a Assembleia Legislativa e o Palácio da Justiça.

A participação decisiva da Brigada Militar em todos os momentos do episódio esteve sob as ordens do então comandante, coronel Diomário Moojen.

Ilustração de Fabrício Bohrer

“Pelo que foi a Legalidade, Brizola poderia ser considerado o maior herói gaúcho na história brasileira. Mostrou coragem e idealismo. Ele e Jango, que de fraco nada tinha, tendo sido, mais tarde, derrubado pelos seus acertos, não por suas falhas, cometeram um erro: querer acelerar as reformas de um país ainda cruelmente desigual numa época em que o conservadorismo civil não se constrangia em buscar tutela fardada.”

Juremir Machado da Silva

JANGO: "EU SOU A LEGALIDADE"!

MONTEVIDÉU: [illegible] Machado e Adonis Vasconcellos, enviados especiais de [illegible] horas quando a porta do avião se abriu e Jango apareceu, [illegible] pronunciando:

— Eu sou a legalidade.

Trezentos jornalistas [illegible] no Aeroporto de Carrasco, a espera do presidente [illegible]. Jango estava tranquilo e cansado, acenou para os [illegible] e retornou para o interior do aparelho, onde [illegible] minutos conferenciou com Homero Martins Ramos, [illegible] Ministros Extraíveis do Uruguai, Júlio César de Gregório, [illegible] Supremo Clerte uruguaio e Walter Barrancho, [illegible]

Barrio[illegible]

A polícia [illegible] e segurança de [illegible] nas medidas de [illegible] rolo com uma barreira [illegible] que embarque a [illegible] prejudicar os [illegible] di do Lanza, [illegible] que de governar [illegible] conseguir se [illegible] Após muito [illegible] melhorar [illegible] declarando que já [illegible] a brasileiro. Logo [illegible] gio para o [illegible] geiro.

¿Voltará [illegible]

Perguntado [illegible] 1961 no Montevidéu [illegible]

— Voltarei [illegible] horas, assim que [illegible] assumir o governador [illegible]

Jango Comenta a Situação

Ele repetiu, Jango teve breves [illegible] sobre a situação nacional [illegible] a atitude do povo.

— Vivo uma atitude heróica. Através dos pronunciamentos dos meus [illegible] representantes, a Igreja vem se colocando ao lado da legalidade.

Comentando a posição brasileira que mantém com o deputado Aleides Alves [illegible]

— Ao conversar com o senhor [illegible] Lacerda, sentei que são necessários [illegible] mensagem ao PTB, para [illegible] Arraes e Miranda, sentiu que o [illegible] está contra, ao lado da Constituição.

E continua:

— A vontade popular de minha terra, e mais poderosa que as Forças Armadas que derrubaram Getúlio e Jânio Quadros.

Vôo Dramático Dentro da Noite

Logo após a chegada de Jango a Montevidéu, [illegible] horas de

JOÃO Goulart sonda os jornalistas da escada do avião que o levou a Montevidéu. Ao fundo [illegible] no interior do aparelho.

JOÃO GOULART, PRESIDENTE SEMPRE

João Silvestre | *Jornalista*

Cinquenta anos após assumir a presidência da República na vibrante esteira cívica e constitucional protagonizada pela Campanha da Legalidade, o gaúcho são-borjense João Belchior Marques Goulart, o Jango, é um personagem que a História tem o dever de resgatar, sob pena de o Brasil continuar em dívida com o homem público de grande caráter e honradez, com o político visionário, democrata e líder de massas, herdeiro maior do trabalhismo nacional depois do ícone Getúlio Vargas.

A trajetória de João Goulart e a do Brasil confundem-se ao longo de décadas. Jango protagonizou acontecimentos que marcaram intensamente a Nação brasileira. Entretanto, sua imagem ainda continua aprisionada a falsos conceitos que objetivam apenas desqualificá-lo. A direita rotulava Jango como populista e despreparado, que buscava levar o país ao comunismo. Da esquerda, ouvia-se que era um fazendeiro rico, afeito a noitadas, e que vacilava em querer agradar patrões e empregados.

20,40: A HORA DE JANGO!

Sobre o notável esforço de João Goulart em buscar maior justiça social e em congregar os povos, como fez quando visitou a China ou os Estados Unidos, há um silêncio inquietante que paira desde sua morte, em 1976. Pior do que toda a miopia das correntes de pensamento político é verificar que Jango é um personagem quase esquecido pela historiografia nacional.

Nos livros que nossas crianças recebem em sala de aula, apenas pequenos trechos tratam do ex-presidente. A mídia tradicional pouco fala nele. Nas raras oportunidades em que o personagem é abordado, a pauta quase sempre incorre em preconceito. Na contramão de muitos escritores que se arvoram no simplista direito de, erroneamente, definir Jango como demagogo, vacilante ou incompetente, o professor e historiador Jorge Ferreira produziu um trabalho de fôlego para sua tese de doutorado na Universidade Federal Fluminense, esforço acadêmico que resultou no livro João Goulart – Uma Biografia, uma obra à altura da importância de Jango no cenário político brasileiro.

Ao recorrer às prateleiras, Ferreira observou serem muitos os adjetivos demeritórios depondo contra a imagem de Jango. "Dificilmente Goulart poderia ser qualificado dessa maneira. Deputado estadual, federal, ministro do Trabalho, duas vezes vice-presidente da República, presidente do Senado Federal e investido na própria presidência da República, conhecia a fundo o aparelho burocrático do Estado. Era formado em Direito e,

sobretudo, em política, pelas mãos de Getúlio Vargas", salienta o professor.

Para compreender melhor o turbilhão de ataques sofridos por Jango ao longo de sua trajetória política, é necessário retroceder no tempo para constatar que as campanhas difamatórias contra ele são as mesmas produzidas, incansavelmente, por setores conservadores da sociedade para atacar impiedosamente o governo e as realizações trabalhistas de Getúlio Vargas. Herdando a liderança do antigo PTB com a morte de Vargas, Jango herda também a ira de militares de alta patente e da direita reacionária e golpista, amplificada pela atuação raivosa de governadores como Ademar de Barros (São Paulo) e Carlos Lacerda (Rio de Janeiro). O período conturbado da Guerra Fria, com acirramento ideológico entre russos e americanos, é o caldo final que faz ferver o ambiente naqueles tempos.

Nem comunista, nem capitalista. Os trabalhistas tinham outra visão de sociedade. Buscavam parâmetros diferenciados e justos que correspondessem aos anseios dos brasileiros. O professor Jorge Ferreira define assim o movimento que, a partir da morte de Getúlio Vargas, teve em Jango a grande liderança e referência: "Na década de 1950, surgiu na sociedade brasileira uma geração de homens e de mulheres que, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade", explica Ferreira.

Com essa visão de mundo, Jango encontra percalços sempre que tenciona por implementar mudanças. Escolhido ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Vargas - depois de ter sido eleito deputado estadual, em 1947, e deputado federal, em 1950 -, João Goulart provoca a ira do empresariado ao propor aumento de 100% no defasado salário-mínimo. É acusado de incendiário e grevista pelos conservadores, quando, na verdade, sua linha de atuação sempre buscou o entendimento e o diálogo. Foi ele o mediador de diversos conflitos entre sindicatos, patrões e governo, agindo com parcimônia e responsabilidade. Foi justamente por isso que Vargas o escolheu ministro. Do outro lado, porém, os discursos contra ele endureciam a cada gesto. Ao conseguir o aumento de 100% no salário-mínimo, acabou vítima de um manifesto dos coronéis, redigido por Golbery do Couto e Silva, pedindo sua demissão.

A insidiosa campanha difamatória contra Jango se amplia no mesmo ritmo que sua liderança cresce Brasil afora. Quando assume a presidência do PTB nacional, Jango diz em seu discurso que "nenhum partido tem profundas e vivas raízes na alma popular. Formado de baixo para cima, foi o homem de rua que, espontaneamente, veio integrá-lo. Foram os humildes, os escorraçados, os sofredores que trouxeram, com suas lágrimas e angústias, o milagre de sua força e o conteúdo de sua subsistência". As palavras de Jango assustavam os poderosos.

Na eleição presidencial de 1955, a coligação do PTB com o PSD vence a disputa. Juscelino Kubitschek, o JK, é eleito presidente da República, e Jango o vice, ungido com uma consagradora votação de 500 mil votos a mais do que JK (a eleição não era vinculada, votava-se para presidente e vice separadamente).

GOLPE CONTRA JANGO!

Ultima Hora

EXTRA

CONSTITUIÇÃO OU GUERRA CIVIL

OPINIÃO de UH

No governo JK, o papel de Jango em ouvir sindicalistas e resolver impasses políticos proporciona a estabilidade que faz o Brasil viver um período de crescimento. JK pôde governar à sua maneira, tendo ao seu lado um vice atuante tanto quanto discreto. Pela Constituição de 1946, o vice-presidente assumia também a presidência do Senado Federal. Nessa função, Jango mediou conflitos e amenizou atritos, ajudando a consolidar o processo democrático em curso.

Gozando de grande prestígio junto às classes trabalhadoras e realizando um trabalho de expansão do PTB com a conquista de muitas prefeituras e governos estaduais, João Goulart é peça-chave no tabuleiro da política brasileira, elegendo-se novamente vice-presidente da República em 1960. O presidente eleito desta vez é Jânio Quadros, que percebendo o forte apoio a Jango nas ruas, incentiva por baixo dos panos o voto no gaúcho, que então fazia dobradinha com o marechal Lott. Jânio Quadros colou no adversário Jango para não perder terreno, formando o Jan-Jan, que resultou em notável apelo popular, fazendo o paulista chegar à presidência com enorme votação.

Jânio inicia um governo confuso e polêmico. Adota medidas como a proibição do lança-perfume em bailes de carnaval, as rinhas de galo e o uso de biquíni em concursos de beleza. Provoca a revolta dos reacionários de plantão ao condecorar Che Guevara, recém-investido do cargo de ministro em Cuba, após heroica guerrilha que derrubou o ditador Fulgêncio[L1] Batista.

João Goulart, por sua vez, segue firme no propósito de ampliar os contatos com outros países para incrementar as relações comerciais, procurando fortalecer o bloco de países não alinhados de Moscou ou de Washington. Mas eis que surge o imprevisível.

Em 25 de agosto de 1961, Jango é despertado por assessores - enquanto pernoitava num hotel de Cingapura, em meio à viagem de retorno à China, onde havia cumprido o papel de abrir novos mercados aos produtos brasileiros -, com a surpreendente notícia de renúncia do presidente Jânio Quadros.

Imediatamente, como uma serpente que espreita e ataca sua vítima em momento de desatenção, os ministros militares, apoiados por setores da sociedade civil e da diplomacia ianque, vetam a posse de Jango, com o falacioso argumento de que o Brasil se transformaria numa república comunista e sindical. Aproveitam-se de que o vice-presidente está em deslocamento, retornando de uma missão oficial, descumprem a norma constitucional e empossam o deputado e presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzili, como chefe da Nação. Do Rio Grande do Sul, vem o primeiro grito contra o desmando e o desrespeito. Nasce a Campanha da Legalidade.

Jovem e destemido, o governador gaúcho Leonel de Moura Brizola assume o comando da resistência, transformando o Palácio Piratini na trincheira em defesa da Constituição e da democracia. Os golpistas recuam diante da força do povo e dos discursos de Brizola. Nos bastidores, porém, conseguem articular uma medida sorrateira para enfraquecer os poderes presidenciais e tumultuar o sistema de governo.

Em 7 de setembro de 1961, aos 43 anos de idade, Jango assume a presidência da República. Para evitar um conflito de proporções e desfechos imprevisíveis, se submete a um regime parlamentarista híbrido. Conciliava para evitar uma guerra civil fratricida. O parlamentarismo só trouxe problemas para o país. Tanto que em 1963 é realizado o plebiscito pelo qual o povo, soberanamente e de forma avassaladora (9,4 milhões contra apenas 2,7 milhões de votos), devolve os poderes presidenciais a Jango.

Governo de coragem

O governo de João Goulart foi pródigo em realizações e medidas arrojadas. Regulamentou a lei de remessa de lucros ao exterior, reservou áreas para a reforma agrária, decretou o monopólio na importação de petróleo e encampou as refinarias particulares para fortalecer a Petrobras. Implantou o 13º salário para os trabalhadores brasileiros. Revogou autorizações para a exploração de riquezas minerais por estrangeiros. Criou a Embratel. Limitou os valores dos aluguéis populares, controlou os preços dos medicamentos e garantiu a sindicalização aos trabalhadores rurais.

Este perfil nacionalista, com forte preocupação em diminuir as desigualdades socais, contrariava interesses das oligarquias nacionais, dos banqueiros e das empresas multinacionais. O ânimo golpista chegou ao clímax quando Jango propõe as Reformas de Base, extraordinária proposta que catapultaria o Brasil para um novo patamar depois da fecunda Era Vargas. Ao defender as reformas educacional, tributária, eleitoral, agrária e urbana, Jango mirou profundamente nos problemas do Brasil. Foi um visionário. Mais de meio século depois, o Brasil ainda carece imensamente de intervenções como as que Jango propunha.

Por estar à frente de seu tempo, João Goulart pagou caro. A reação contra ele foi implacável. Os inimigos se armaram de todas as formas e em todos os níveis, era uma guerra do bem contra o mal, da família contra a degradação, dos que defendiam a ordem contra os que pregavam o caos.

O desfecho final da cruel perseguição contra Jango, iniciada assim que ele reajustou em 100% o salário-mínimo quando era ministro de Getúlio Vargas, se deu em 31 de março de 1964. Com amparo bélico dos EUA e apoio de políticos golpistas, o Exército movimenta suas tropas e consolida o sufocamento da democracia no Brasil.

Para evitar derramamento de sangue entre irmãos, Jango submete-se ao exílio, tomando a corajosa decisão de não reagir. Homem da paz, defensor da liberdade, afeito ao diálogo e a concórdia, o gaúcho são-borjense demonstra seu amor ao Brasil e ao povo brasileiro preferindo o sacrifício pessoal em vez de uma sangrenta guerra civil.

Ao perceber que, além do cargo, o regime que ora começa a mostrar sua garras pretendia também eliminá-lo da cena política nacional, Jango retira-se para o Uruguai. Foram 12 longos e amargos anos de exílio, que só teve fim com a sua morte, no dia 6 de dezembro de 1976, em sua fazenda em Mercedes, na Argentina, até hoje imersa numa névoa de mistério.

Seu corpo não foi necropsiado, e o translado para o Brasil foi dificultado ao máximo pelas autoridades brasileiras. O seu enterro ocorreu sob pressão da verdadeira massa humana que se dirigiu a São Borja para se despedir daquele líder idealista, que, nas palavras célebres de Darcy Ribeiro, foi vítima dos seus acertos, jamais dos seus erros.

REENCANTAMENTO

Cinquenta anos depois, o Brasil que parece outro é o mesmo. Comparadas as imagens, as diferenças assombram. Descascadas as aparências, muitas coisas melhoraram, outras deram para trás. Traumas se entalaram entre as alegrias custosamente resgatadas. Por algum motivo, aconteceu a perda da confiança do brasileiro um no outro, bem diferente de 1961, quando chegou a hora de dizer não. Por algum motivo, a fratura da coesão social está à vista.

Mais do que uma comichão de saudosismo, a reativação da memória ilumina a busca de significados perdidos na construção da identidade coletiva. O apagamento intencional da narrativa histórica já obscureceu a lembrança da Revolução de 30, o estalo das grandes transformações. O reencantamento da saga da Legalidade pode ser a pista certeira no rastreamento do patrimônio cívico extraviado.

Os seminários e debates em andamento país afora, iniciativa de universidades e instituições diversas coincidem no esforço de entender a conexão entre a grita inesquecível da cidadania e a explosão de brutalidade logo após. Em muitas frentes, avança o esforço para decifrar o que estava em jogo nos dois momentos e dimensionar o que o Brasil ganhou e em seguida perdeu.

BRIZOLA PATÉTICO FALOU PARA O BRASIL

É UMA LOUCURA O QUE QUEREM FAZER NO PAÍS

O Movimento da Legalidade (1961)

Entre o final de agosto e o início de setembro de 1961, uma ampla mobilização política, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, garantiu a posse de João Goulart na presidência da República. Mesmo antes de 1960, quando foi eleito vice-presidente, Jango já era alvo de desconfiança de setores políticos e militares conservadores, que viam nele uma liderança perigosa, que poderia conduzir o país à desordem.

Jango e Brizola foram protagonistas de destaque da democracia inaugurada em 1945. A partir desse ano, antigos e novos atores políticos passaram a disputar espaço na definição dos rumos do Brasil. Além da atuação dos partidos criados a partir de apoiadores e opositores do Estado Novo, assistiu-se à emergência dos trabalhadores urbanos na política, começando pelo movimento queremista e se dirigindo, em seguida, ao Partido Trabalhista. Outras forças políticas como comunistas, socialistas e ex-integralistas também participaram dos embates políticos do período. Estavam em jogo diferentes modelos de desenvolvimento, diferentes graus de aceitação da interferência do Estado na economia; maior ou menor apoio à presença do capital estrangeiro; diferentes formas de inserção no quadro internacional da guerra fria; posturas diversas ou até opostas em relação à possibilidade de manifestações sindicais e políticas dos trabalhadores urbanos; rechaço ou tentativas de tocar na questão dos trabalhadores do campo e na Reforma Agrária; radicalização ou renúncia da herança getulista.

O que aconteceu em 1961 foi o enfrentamento entre estes projetos: os ministros militares de Jânio Quadros – candidato eleito pela oposição – viram na posse de Jango a possibilidade de retorno ou de reforço do projeto getulista, agora numa dimensão radicalizada. Entre os apoiadores da iniciativa de Leonel Brizola – além de autoridades do III Exército e da Igreja Católica – estavam representantes das novas categorias que vinham buscando espaço no campo político: oficiais e subalternos das Forças Armadas e da Brigada Militar, estudantes, envolvidos na luta pela Reforma Agrária, trabalhadores urbanos sindicalizados, e também um número significativo de "populares".

Carla Simone Rodeghero

Professora Doutora em História, professora do Departamento e do PPG em História da UFRGS e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História – NPH/UFRGS

PROGRAMAÇÃO

COMEMORATIVA AOS 50 ANOS DA CAMPANHA DA LEGALIDADE

Alexandre Munhoz/Divulgação PMPA

Exposição Legalidade, 50 – Porto Alegre

Prefeitura de PORTO ALEGRE

De 18 a 25 de agosto, das 10h às 21h, a prefeitura de Porto Alegre organizou a exposição "Legalidade, 50".
A mostra gratuita, no térreo do Centro Cultural Usina do Gasômetro (Av. João Goulart, 551), possui duas alas: na Oeste (Palaciana),a história da Legalidade e de Leonel Brizola; na Leste (Direitos Humanos), a Legalidade no Brasil, na América Latina e no mundo. Na abertura, pelo prefeito José Fortunati, musical de Norberto Baudalf, shows com Drika Carvalho e Edu Coelho. O grafiteiro "Trampo" fez uma performance no local. E o jornalista e escritor Juremir Machado da Silva debateu com professores de história da rede municipal de ensino.

De 13 a 16/08
Ciclo de Reflexão e Debates 50 anos da Legalidade – Três Passos
Realização: Amuceleiro e Unijuí

18/08, Quinta-Feira
Seminário 50 anos da Campanha da Legalidade: memória da democracia brasileira – São Leopoldo
Realização: Unisinos

De 19 a 25/08
Campanha Legalidade 50 anos – Comemorações alusivas ao cinquentenário da Legalidade – São Borja
Realização: Câmara Municipal de Vereadores de São Borja – RS

PROGRAMAÇÃO

COMEMORATIVA AOS 50 ANOS DA CAMPANHA DA LEGALIDADE

De 24 de Agosto a 05 de Setembro de 2011

31/08, Quarta-Feira
14h - Sessão Comemorativa em homenagem aos ex-deputados e protagonistas do Movimento da Legalidade e outorga da Medalha alusiva ao Cinquentenário da Legalidade. Local: Plenário da Assembleia Legislativa/RS

16h - Abertura da exposição "O Parlamento Gaúcho no Movimento da Legalidade - 50 anos. Local: Vestíbulo Nobre da Assembleia Legislativa/RS.

18h - Debate "Três Visões da Legalidade" com Aldo Arantes (Presidente da UNE em 1961), Flávio Tavares (Jornalista e Escritor) e Almino Afonso (Líder da bancada do PTB em 1961). Mediador: Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Adão Villaverde. Local: Memorial do Legislativo/RS (Rua Duque de Caxias, 1029).

01/09, Quinta-Feira
19h - Debate "Os Deputados Gaúchos na Legalidade" com Índio Vargas (Jornalista e Escritor), Ney Ortiz Borges (ex-deputado), Cláudia Wasserman (Historiadora), Carla Brandalise (Historiadora), Luiz Alberto Grijó (Historiador) e Maria Izabel Noll (Cientista Política). Local: Plenário do Memorial do Legislativo/RS (Rua Duque de Caxias, 1029).

02/09, Sexta-Feira
14h30min - Debate "A Cadeia da Legalidade - Um Olhar Sobre o Passado", com Antônio Ávila (Advogado); Carlos Bastos (Repórter de Política da Última Hora); Celso Costa (técnico de som responsável pelo estúdio montado no Porão do Palácio Piratini); Lauro Hagemann e Marino Cunha (locutores da Rede da Legalidade). Mediador: Armando Burd. Local: Sala A2B2 na Casa de Cultura Mário Quintana. Promoção: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.
Entrada Franca. Inscrições, com vagas limitadas, pelo fone (51) 3211-5376.

19h - Abertura de exposição de documentos e fotografias sobre a Campanha da Legalidade, com os acervos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Local: Memorial do Rio Grande do Sul.

03/09, Sábado
14h30min - Debate "A Cadeia da Legalidade - Um Olhar Sobre o Passado", com Antônio Ávila (Advogado); Carlos Bastos (Repórter de Política da Última Hora); Celso Costa (técnico de som responsável pelo estúdio montado no Porão do Palácio Piratini); Lauro Hagemann e Marino Cunha (locutores da Rede da Legalidade). Mediador: Armando Burd. Local: Sala A2B2 na Casa de Cultura Mário Quintana. Promoção: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.
Entrada Franca. Inscrições, com vagas limitadas, pelo fone (51) 3211-5376.

19h - Exibição da película "Jango" de Silvio Tendler. Local: Sala Paulo Amorim, Casa de Cultura Mário Quintana. Entrada Franca.

04/09, Domingo
19h - Exibição da película "Brizola" de Tabajara Ruas. Local: Sala Paulo Amorim, Casa de Cultura Mário Quintana. Entrada Franca.

05/09, Segunda-Feira
14h30min - Inauguração do Memorial da Rádio da Legalidade no Palácio Piratini.

OUTRAS AÇÕES COMEMORATIVAS

AGOSTO A OUTUBRO - Museu Itinerante da Brigada Militar pelo Interior do Estado (Pelotas, Bagé, Santa Maria, Carazinho, São Borja, Esteio, Torres, Três Passos, Guaíba, Novo Hamburgo, Camaquã, Montenegro, Lajeado, Santa Cruz).

JULHO A NOVEMBRO - Concurso de redações e ilustrações nas escolas da Rede Esdtadual de Ensino Médio. Promoção: Secretaria Estadual de Educação.

AGOSTO

31/08, Quarta-Feira
18h - Lançamento do livro "A legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos", de autoria do ex-Sargento Almoré Zolch Cavalheiro (eleito Deputado Estadual em 1962, cassado pela Justiça Eleitoral). Local: Vestíbulo Nobre da Assembleia Legislativa/RS.

SETEMBRO

01 a 30/09 - Exposição "O Parlamento Gaúcho no Movimento da Legalidade - 50 anos". Local: Memorial do Legislativo/RS (Rua Duque de Caxias, 1029)

01/09, Quinta-Feira
18h30min - Lançamento e sessão de autógrafos do livro "Fotojornalismo e Legalidade (1961): Última Hora Rio-Grandense", de autoria de Cláudio Fachel. Local: Palavraria Livraria e Café (Rua Vasco da Gama, 165).

02/09, Sexta-Feira
14h - Colóquio "Das Janelas do Palácio e As Vozes da Matriz". Abertura: Lauro Pereira Guimarães (Procurador-Geral de Justiça 1971-1974). Participantes: Carlos Bastos, Antônio Ávila, Jayme Keunecke e Gervásio Neves. Coordenação: Julio C.Finger (Procurador de Justiça) e Michael S. Flach (Promotor de Justiça). Pronunciamento final do Sub-Procurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos Ivory Coelho Neto. Local: Palácio do Ministério Público (Forte Apache) - Praça Marechal Deodoro, 110, Centro.

03 e 4/09 - Sábado e Domingo
20h - Musical Legalidade (Espetáculo de Luz e Som) em frente ao Palácio Piratini. Entrada Franca. Direção Geral de Carla Joner. Direção Artística de Luciano Alabarse. Direção Musical de Hique Gomes. Roteiro de Rafael Guimaraens. Produção Executiva: Claudia D´Mutti.
Em caso de chuva o evento será transferido.

10/09, Sábado
14h30min - Debate "Legalidade 50 anos, Um resgate Histórico", com Elizabeth Torresini (Historiadora), João Batista Marçal (jornalista, escritor e pesquisador), César Rolim (Historiador), Ananda Simões Fernandes(Historiadora). Mediadora: Ercy Thorma (Presidente da ARI) Local: Sala A2B2 da Casa de Cultura Mário Quintana. Promoção: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Entrada Franca. Inscrições, com vagas limitadas, pelo fone (51) 3211-5376.

12/09, Segunda-Feira
Debates "Encontro com Universitários sobre Legalidade". Promoção: Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa/RS. Horários e Locais: 14h na FURG, no município de Rio Grande e 19h30min na UFPEL, no município de Pelotas.

17/09, Sábado
14h30min - Debate "A Campanha da Legalidade - Uma retrospectiva Histórica", com Antônio Goulart (Jornalista e Escritor), João Carlos Cardoso (Radialista), Sereno Chaise (Dep.Estadual em 1961), Ney Ortiz (Advogado) e Sérgio da Costa Franco (Jornalista, Escritor e Pesquisador Histórico). Mediador: Tânia Almeida (Diretora de Relações Públicas da Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital). Local: Sala A2B2 da Casa de Cultura Mário Quintana. Promoção: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Entrada Franca. Inscrições, com vagas limitadas, pelo fone (51) 3211-5376.

24/09, Sábado
14h - Projeto "Caminhos da Matriz", Visita ao Palácio do Ministério Público. Memorial e Exposição sobre a Legalidade. Coordenação Drs. Cíntia Souto e Álvaro Bischoff (Historiadores). Local: Palácio do Ministério Público (Forte Apache). Inscrições e informações (51)32958650 ou memorial@mp.rs.gov.br

26/09, Terça-Feira
19h30min - Debate "Encontro com Universitários sobre Legalidade". Promoção: Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa/RS. Local: UCS, no município de Caxias do Sul.

OUTUBRO

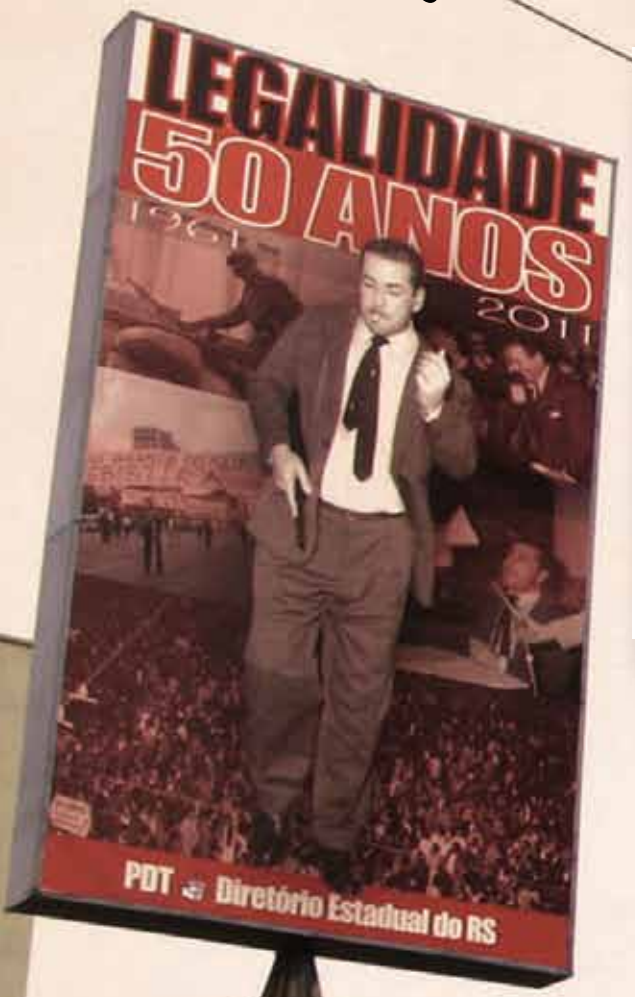
03/10, Segunda-Feira
19h30min - Debate "Encontro com Universitários sobre Legalidade". Promoção: Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa/RS. Local: URI, no município de Santa Maria.

04/10, Terça-Feira
19h30min - Debate "Encontro com Universitários sobre Legalidade". Promoção: Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa/RS. Local: URI, no município de Santo Ângelo.

05/10, Quarta-Feira
18h - Homenagem da Assembleia Legislativa à memória do presidente João Goulart, no Cinquentenário do Movimento da Legalidade. Local: Memorial João Goulart – São Borja

19h30min - Debate "Encontro com Universitários sobre Legalidade". Promoção: Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa/RS. Local: URCAMP, no município de São Borja.

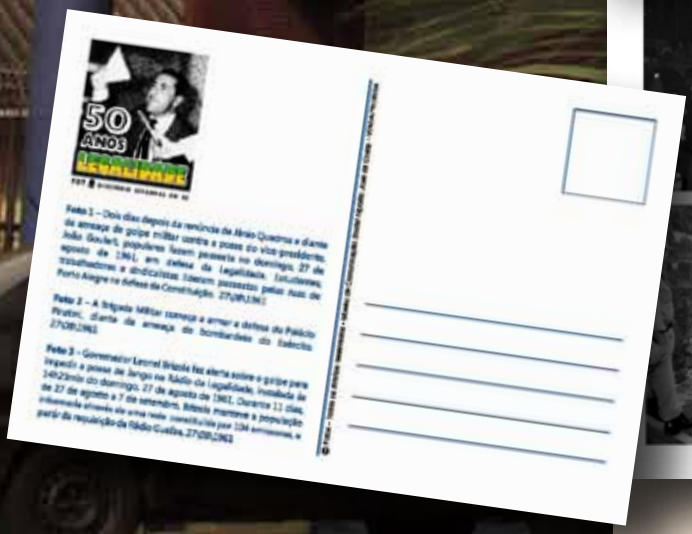
PUBLICAÇÕES COMEMORATIVAS DO PDT



Hino da Legalidade

Avante brasileiros de pé
Unidos pela liberdade
Marchemos todos juntos com a bandeira
Que prega a lealdade
Protesta contra o tirano
E recusa a traição
Que um povo só é bem grande
Se for livre sua nação

Autoria: *Lara de Lemos*



Para registrar os 50 anos da Legalidade, o presidente estadual do PDT, Romildo Bolzan Jr., iniciou em janeiro os preparativos partidários. Diferente de outros momentos, o dirigente optou pelo investimento em publicações para registrar a data: os cartões-postais, os cartazes e a edição da revista Legalidade 50 anos, que faz parceria com a revista Brizola Brasil, editada pelo PDT em 2004, logo após o falecimento de Leonel Brizola.

Valores da Legalidade

"Acreditamos que é nosso papel perenizar os valores da legalidade e do trabalhismo e estamos contribuindo com estas modestas publicações", afirmou Bolzan. "A ideia é resgatar esses valores e celebrar esta data como um dos acontecimentos de legítima expressão da cidadania gaúcha e brasileira. Todos os ensinamentos desse extraordinário levante popular fazem parte do nosso patrimônio histórico e temos que resgatá-lo e cultuá-lo", destaca o dirigente do PDT, para quem o respeito à ética, ao preceitos cívicos, à moralidade e, principalmente, o respeito à vontade popular, "formam os valores perenes da Legalidade, ao lado dos preceitos básicos do trabalhismo, determinando as nossas ações políticas, partidárias e administrativas".

Cartões-postais

No primeiro semestre, o Diretório editou sete cartões-postais com fotos do evento histórico, distribuindo 20 mil cópias para os diretórios municipais, deputados e vereadores. A série de 16 fotografias adquiridas pelo PDT junto ao Museu da Comunicação Hipólito José da Costa retrata a mobilização popular na Praça da Matriz, os soldados da Brigada Militar e os armamentos para proteger o Palácio durante a ameaça de bombardeio, e Leonel Brizola na Rede da Legalidade, instalada nos porões do Palácio Piratini. Os postais mostram ainda as visitas de Brizola aos soldados junto à sede do governo, nas instalações dos Comitês de Resistência na avenida Borges de Medeiros e nas imediações da Praça da Matriz; e, ainda, o ex-governador e d. Neusa, com os filhos, na parada militar de 7 de Setembro, na Praça da Alfândega.

Os postais trazem a chegada de Jango a Porto Alegre, em 1º de setembro, as entrevistas com a imprensa nacional e internacional, e a expressiva manifestação popular que o recepcionou na frente do Palácio. Jango pode ser visto, também, na visita oficial a Porto Alegre, 23 dias depois de empossado presidente da República, ao lado do primeiro-ministro Tancredo Neves, na avenida Farrapos, em Porto Alegre. Também faz parte da sequência de imagens a letra do Hino da Legalidade, de autoria da jornalista Lara de Lemos. A edição das fotos e dos textos é da jornalista Francis Maia, com trabalho do designer gráfico Rodrigo Schaeffer. A inspiração veio de postais de Che Guevara, comprados em Cuba, com apresentação gráfica simples, mas de forte apelo histórico.

Homenagens em Porto Alegre e Brasília

Em duas sessões solenes, em diferentes casas legislativas, a Legalidade foi reverenciada pelo seu valor histórico e político. Em Porto Alegre, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul promoveu sessão solene dia 24 de agosto, no Plenário Vinte de Setembro, reunindo as autoridades do Estado para o registro da data. Pelo PDT, falou da tribuna a deputada Juliana Brizola, neta do ex-governador do Rio Grande do Sul. Em Brasília, também em sessão solene no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, no dia 30, o deputado federal Vieira da Cunha, autor da solicitação, celebrou o cinquentenário da Legalidade.

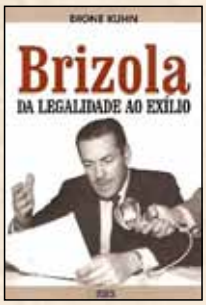
Também foram confeccionados e enviados ao interior 500 cartazes com uma das imagens clássicas de Brizola, com a metralhadora, quando se dirigia ao microfone para o histórico discurso do dia 28 de agosto, um pouco antes de o general Machado Lopes aderir ao movimento. A imagem do líder da Legalidade está exposta na frente da sede do PDT, em Porto Alegre.

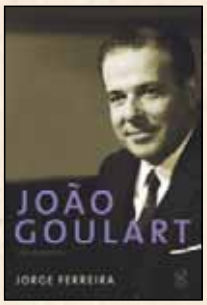
RESPOSTAS DAS CRUZADAS DA PÁGINA 54

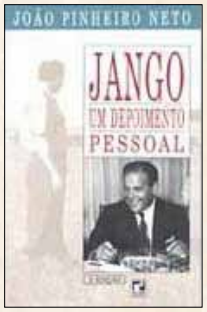
1: Legalidade 2: Brizola 3: Jango 4: Rádio Guaíba 5: Palácio Piratini 6: Constituição 7: Golpe militar 8: Brigada Militar 9: Machado Lopes 10: Mosquito 11: Ilha da Pintada 12: Santiago e Santa Maria 13: Cromar Osório 14: Carlos Lacerda 15: Mata-Borrão 16: Neusa 17: Maria Thereza 18: Matriz 19: Teixeira Lott 20: Jânio Quadros 21: Getúlio Vargas 22: Che Guevara 23: PDT 24: Serraria 25: Lara de Lemos 26: Perl Bevilaqua 27: Odílio Denys 28: Carta de Lisboa

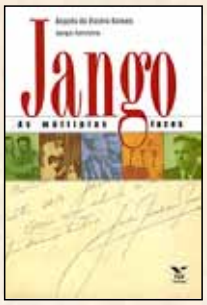
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

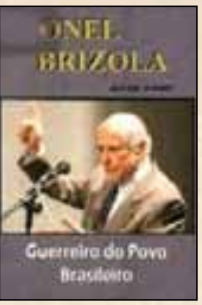
Detalhes da Legalidade podem ser conferidos em diversos livros publicados ao longo das últimas cinco décadas. Embora o tema ainda aguarde o olhar criterioso dos estudiosos da História, diversos autores se aventuraram na busca de detalhes do épico histórico patrocinado por Leonel Brizola e pelo povo gaúcho. Detalhes, depoimentos e imagens deslumbrantes fazem parte das publicações selecionadas, que têm contribuído para manter vivo o imaginário da Legalidade.

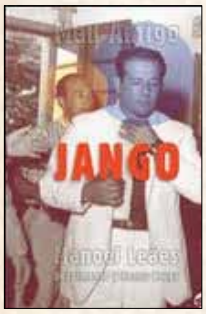












Diálogo com o passado

Uma das características que notabilizou Leonel Brizola foi a sua incansável disposição para falar. Ele não economizava nas palavras e para expor o seu pensamento, transitava com desenvoltura na história, valendo-se de uma peculiar linguagem que o diferenciava exemplarmente da maioria dos homens públicos da atualidade. As tradicionais entrevistas coletivas que atraíam sempre a imprensa local e nacional, qualquer que fosse o motivo de sua passagem pelo Estado, corrompiam o estilo convencional dos encontros com a imprensa. Nenhum jornalista obtinha de Leonel Brizola uma resposta organizada e previsível. Ele conhecia profundamente a dinâmica da imprensa brasileira e, quando dirigia o seu olhar frio e astuto para o jornalista interlocutor, sabia muito bem com quem estava falando e, mais do que isso, sabia o destino do seu recado. Assim ele conduzia as longas entrevistas coletivas no saguão do Aeroporto Salgado Filho, quando pisava em solo gaúcho. Nesses encontros ele estabelecia o ponto de tensão para dialogar com as elites, como gostava de dizer. Um personagem vivo da história, representava uma inacreditável capacidade de resistência ao esquecimento.

E o jornalista Juremir Machado da Silva, ao escrever Vozes da Legalidade por ocasião do cinquentenário da épica mobilização cívica que Brizola comandou em agosto de 1961, faz da sua narrativa uma conversa entre amigos, bem ao estilo das longas e detalhadas exposições do ex-governador. Ele se aproxima do raciocínio histórico de Brizola, mas é inegável que em Vozes da Legalidade ele trava o diálogo que Brizola provocava e a imprensa fingia não entender. Ao longo das 219 páginas, o autor se atreve e ultrapassa os limites da imparcialidade, alcançando através das vozes ouvidas a essência de Brizola.

O autor não esconde, ao longo da obra, o seu encantamento com o personagem histórico. É quando a voz forte do guri pobre que ansiava sentar num banco escolar vence os preconceitos e se impõe para que finalmente sua história seja contada como a do verdadeiro herói da Pátria.

Ao longo dos 23 capítulos do livro, chega-se à conclusão de que a Legalidade é apenas um pretexto do autor para se aproximar ainda mais da bravura desse gaúcho que desfilou na passarela da política com a autêntica postura do povo, às vezes rude, mas nunca covarde; às vezes equivocado, mas aliado inseparável da verdade; um conquistador dos direitos do povo que nunca se aliou aos bons modos das elites no apoderamento do Estado.

Política e imaginário na Era do Rádio, segundo Juremir Machado da Silva, tira da sombra um personagem esquecido pelo mundo acadêmico, ainda hostilizado pelos intelectuais e desconhecido daqueles que cuidam da memória nacional. Resgatá-lo, como faz Juremir, é ecoar todas as vozes que nunca se cansaram de ouvi-lo, madrugadas adentro do nosso Rio Grande do Sul, ensinando política e prestando contas de suas ações administrativas, agindo sempre como um nobre que respeita sua casta. [**FM**]

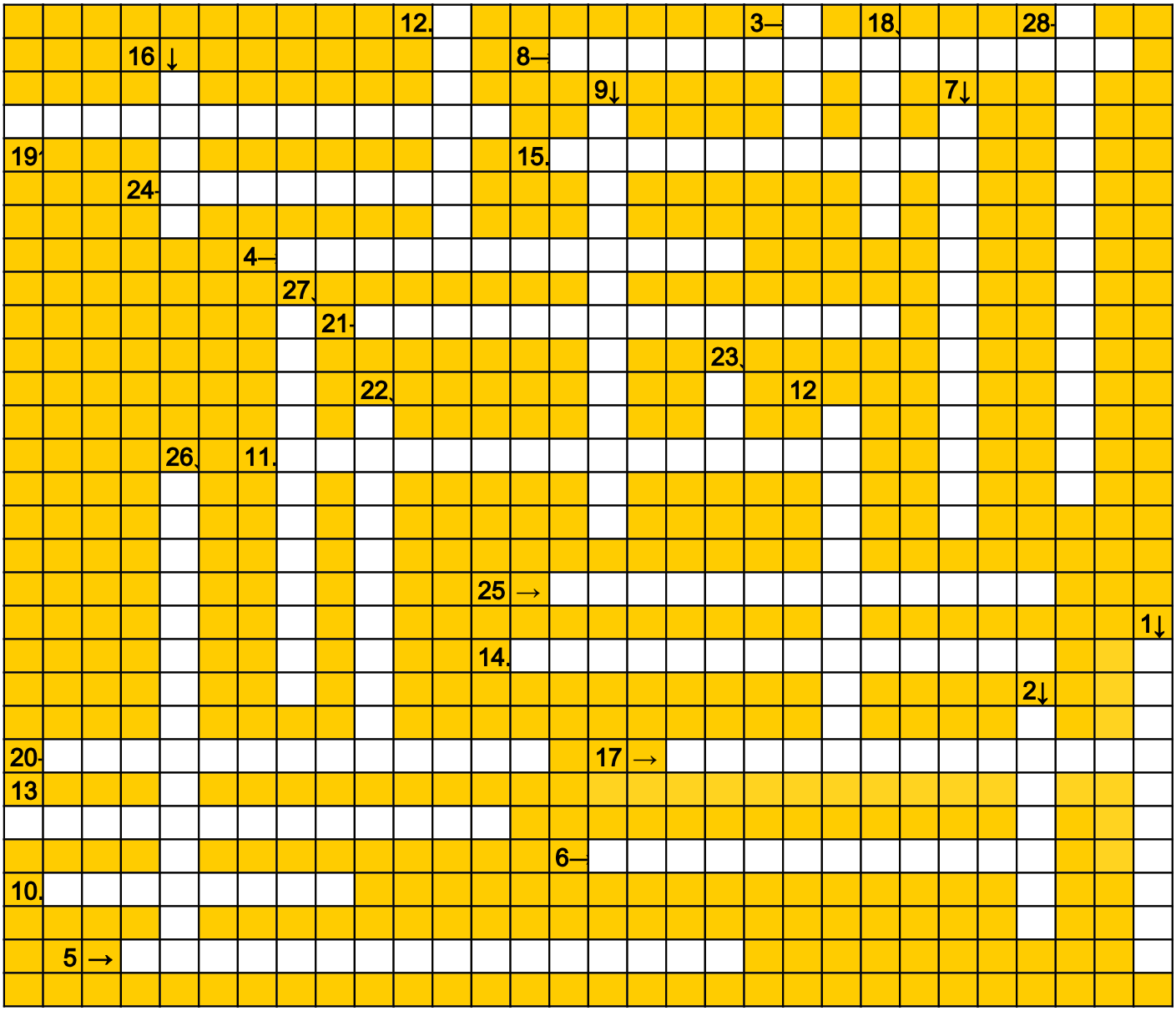
.

Vozes da Legalidade
Política e imaginário na Era do Rádio
Juremir Machado da Silva
Editora Sulina - 2011

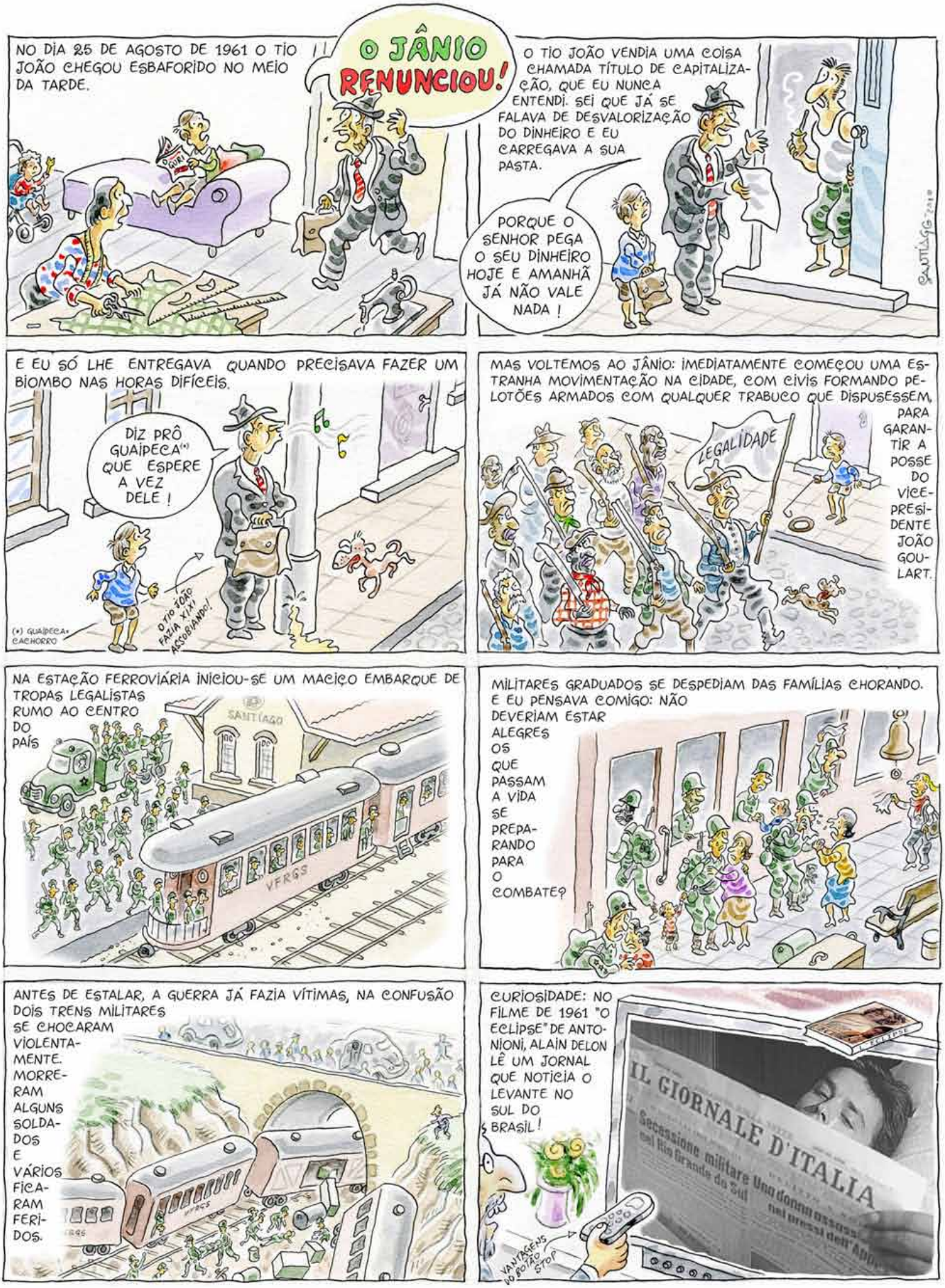
CRUZADA HISTÓRICA

Deixe espaço nas respostas com mais de uma palavra.

1. Episódio no final de agosto de 1961 após renúncia de Jânio Quadros
2. Governador que comandou a Legalidade
3. Apelido do presidente João Goulart
4. Emissora da Legalidade
5. Sede da Legalidade
6. Lei que os militares tentaram violar em 1961
7. Tomada do poder que durou 21 anos
8. Garantiu a proteção do Palácio Piratini
9. General que comandou o III Exército em 1961
10. Operação deflagrada pelos militares da FAB para eliminar João Goulart
11. Brigada Militar deslocou homens para proteger Rede da Legalidade
12. Cidades que aderiram com tropas à Legalidade
13. General nacionalista Comandante da 1ª DC em Santiago
14. Jornalista e político que perseguiu Getúlio e o trabalhismo
15. Local de alistamento em Porto Alegre
16. Primeiro nome da esposa do governador Leonel Brizola
17. Primeira dama do Brasil em 1961
18. Praça histórica e palco da Legalidade
19. Marechal que através de Manifesto defendeu a Constituição
20. Renunciou em 25 de agosto de 1961
21. Líder da Revolução de 30 e presidente do Brasil
22. Argentino que recebeu de Jânio Quadros a Medalha Cruzeiro do Sul
23. Partido político fundado em 1980 por Brizola
24. Bairro de onde tanques se deslocaram, em direção ao centro da capital
25. Autora do Hino da Legalidade
26. Comandou as tropas federais de Santa Maria
27. Ministro da Guerra em 1961
28. Documento de 1979 assinado pelos trabalhistas no exílio



Respostas na página 51


NO DIA 25 DE AGOSTO DE 1961 O TIO JOÃO CHEGOU ESBAFORIDO NO MEIO DA TARDE.
O JÂNIO RENUNCIOU!
O TIO JOÃO VENDIA UMA COISA CHAMADA TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO, QUE EU NUNCA ENTENDI. SEI QUE JÁ SE FALAVA DE DESVALORIZAÇÃO DO DINHEIRO E EU CARREGAVA A SUA PASTA.
PORQUE O SENHOR PEGA O SEU DINHEIRO HOJE E AMANHÃ JÁ NÃO VALE NADA!
E EU SÓ LHE ENTREGAVA QUANDO PRECISAVA FAZER UM BIOMBO NAS HORAS DIFÍCEIS.
DIZ PRÔ GUAIPECA(*) QUE ESPERE A VEZ DELE!
O TIO JOÃO FAZIA XIXI ASSOBIANDO!
(*) GUAIPECA: CACHORRO
MAS VOLTEMOS AO JÂNIO: IMEDIATAMENTE COMEÇOU UMA ESTRANHA MOVIMENTAÇÃO NA CIDADE, COM CIVIS FORMANDO PELOTÕES ARMADOS COM QUALQUER TRABUCO QUE DISPUSESSEM, PARA GARANTIR A POSSE DO VICE-PRESIDENTE JOÃO GOULART.
LEGALIDADE
NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA INICIOU-SE UM MACIÇO EMBARQUE DE TROPAS LEGALISTAS RUMO AO CENTRO DO PAÍS
SANTIAGO
VFRGS
MILITARES GRADUADOS SE DESPEDIAM DAS FAMÍLIAS CHORANDO. E EU PENSAVA COMIGO: NÃO DEVERIAM ESTAR ALEGRES OS QUE PASSAM A VIDA SE PREPARANDO PARA O COMBATE?
ANTES DE ESTALAR, A GUERRA JÁ FAZIA VÍTIMAS, NA CONFUSÃO DOIS TRENS MILITARES SE CHOCARAM VIOLENTAMENTE. MORRERAM ALGUNS SOLDADOS E VÁRIOS FICARAM FERIDOS.
CURIOSIDADE: NO FILME DE 1961 "O ECLIPSE" DE ANTONIONI, ALAIN DELON LÊ UM JORNAL QUE NOTICIA O LEVANTE NO SUL DO BRASIL!
IL GIORNALE D'ITALIA
Secessione militare nel Rio Grande do Sul
VANTAGENS DO BOTÃO STOP

50 ANOS
1961
2011